

**EFEITOS DO PRONAF NA SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA. O CASO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.**

LUÍSA BARRETO SARAMAGO

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
MARÇO – 2012**

**EFEITOS DO PRONAF NA SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA. O CASO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.**

LUÍSA BARRETO SARAMAGO

"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais".

Orientador: Prof.Dr. Paulo Marcelo de Souza

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
MARÇO – 2012**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF_{028/2012}

S243 Saramago, Luísa Barreto

Efeitos do PRONAF na sustentabilidade agrícola. O caso dos agricultores familiares de Campos dos Goytacazes-RJ / Luísa Barreto Saramago -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2012.

101 f. : il

Orientador: Paulo Marcelo de Souza
Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2012
Bibliografia: f. 78 - 81

1. Agricultura Sustentável. 2. Agricultura Familiar. 3. PRONAF. 4. Agricultura – Campos dos Goytacazes (RJ) I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Centro de Ciências do Homem. II. Título.

CDD – 333.31098153

**EFEITOS DO PRONAF NA SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA. O CASO DOS
AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.**

LUÍSA BARRETO SARAMAGO

"Dissertação apresentada ao Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais".

Aprovada em: 27/03/2012

Comissão examinadora:

Prof. Vladimir Faria dos Santos
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Prof. Niraldo José Ponciano
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Prof. Rodrigo da Costa Caetano
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

Prof. Paulo Marcelo de Souza
Orientador
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

O conceito que fazemos de outras pessoas, bem como aquilo que vemos no espelho quando nos olhamos, depende do que sabemos do mundo, do que acreditamos ser possível, das memórias que guardamos e se nossa lealdade está comprometida com o passado, o presente ou o futuro. Nada influencia tanto nossa capacidade de suportar as dificuldades da existência quanto o contexto em que as vemos; quanto mais contextos à nossa escolha, menos as dificuldades nos parecem inevitáveis e inacessíveis. O fato de o mundo ter se tornado mais repleto de complexidades de toda espécie pode sugerir, a princípio, que está mais difícil encontrar uma saída para nossos dilemas, mas, na realidade, quanto maiores as complexidades, maiores as rachaduras pelas quais podemos nos infiltrar. Estou à procura das brechas que as pessoas não localizaram, das pistas que perderam.

(Theodore Zeldin)

Dedico esse trabalho a todas as pessoas - do âmbito acadêmico ao não, da área rural ou urbana, das ciências humanas ou biológicas – que carregam a bandeira da sustentabilidade e acreditam que a defesa do meio ambiente é fundamental para a sobrevivência da nossa e de tantas outras espécies vivas. Àqueles que a despeito de todas as críticas insistem em acreditar que um outro mundo é possível, eu dedico esse trabalho.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer à minha família pelo apoio incondicional às minhas escolhas e aos meus projetos – tanto pessoais quanto profissionais – e em especial à minha mãe Edda, por me presentear com a herança mais valiosa que há nesse mundo, a educação. Agradeço-a por ter me incentivado e me ajudado a compreender a importância desse bem tão precioso.

Não há como deixar de agradecer ao Paulo Marcelo de Souza, que aceitou prontamente trilhar comigo – como orientador – o caminho da pós-graduação. O meu agradecimento especial também dedico a alguns professores do programa que ocuparam – muitas vezes sem nem se dar conta disso – um papel muito importante na minha formação. Aos professores Marlon Ney e Marcos Pedlowski o agradecimento pelos valiosos conselhos e orientações prestados na defesa do meu projeto de dissertação e também nas disciplinas do curso. A professora Silvia Martinez pelo incentivo e carinho maternal muitas vezes a mim dispensado.

Agradeço também aos amigos Zandor Mesquita e Marcela Pessoa com quem partilhei momentos inesquecíveis ao longo dos anos de mestrado. Ambos contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional. Não há como deixar de agradecer o apoio da minha grande amiga Isroberta Araujo que esteve ao meu lado desde o momento da prova para o mestrado e até o fim da dissertação. Seu apoio foi fundamental para que eu iniciasse e também para que eu terminasse esse curso.

Ao meu querido primo João Balbi agradeço a companhia nas saídas de campo e nas aplicações dos questionários, além da alegria de partilhar discussões acadêmicas e o drama de qualquer etapa final na vida acadêmica de um cientista social. À Karla Albernaz também presto o mais sincero e profundo agradecimento por estar ao meu lado desde a infância e acreditar – talvez mais do que qualquer pessoa – na minha inteligência e potencial, além de me ajudar a encontrar descontração quando necessário.

Agradeço a FAPERJ pela concessão da bolsa de mestrado que possibilitou e facilitou o meu percurso pelo mestrado. Agradeço também aos motoristas da ASTRAN que me acompanharam na árdua tarefa de encontrar os indivíduos componentes da minha amostra pelo interior do município. Sempre prestativos e pacientes o trabalho desses motoristas foi importantíssimo para que meus objetivos fossem alcançados.

Por fim, agradeço aos agricultores familiares do município de Campos dos Goytacazes – tanto àqueles que foram ouvidos por mim quanto àqueles que nem cheguei a conhecer. Agradeço àqueles que tiveram a paciência de responder aos meus questionamentos e contribuíram enormemente para o meu conhecimento da vida no campo e da vida dos agricultores familiares. Esses conhecimentos não estão contidos em nenhum livro ou artigo científico, mas foram fundamentais para que o meu trabalho chegasse ao fim e trouxesse minimamente respostas aos questionamentos por mim levantados.

Sumário:

Introdução	1
1. A agricultura Sustentável	6
1.1. Problemática conceitual do termo	7
1.2. Delimitação do conceito operacional de sustentabilidade	12
1.3. Por que sustentabilidade na agricultura?	13
2. A Agricultura Sustentável na produção familiar	20
2.1. A agricultura familiar	20
2.2. Condições favoráveis da produção familiar para a sustentabilidade agrícola	25
2.3. Práticas Sustentáveis na agricultura	28
3. O PRONAF	30
3.1. O PRONAF e a sustentabilidade	39
4. Metodologia	45
4.1 O instrumento de coleta de dados	46
4.2 Delimitação do campo e do objeto do estudo	47
4.3 A Coleta de dados	49
4.4 O tratamento dos dados	50
5. A análise dos dados: configuração da sustentabilidade agrícola no município de Campos dos Goytacazes	53
4.5 Não beneficiários do PRONAF	54
4.6 Beneficiários do PRONAF	57
4.7 Proximidades e divergências entre beneficiários e não beneficiários do PRONAF	63
6. Considerações Finais	69
Bibliografia	78
Anexos	82

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Distribuição regional do crédito do PRONAF de 1996 a 2008 (Valores concorrentes em R\$1,00)	34
Figura 2 – Mapa do município de Campos dos Goytacazes e seus distritos	48
Figura 3 – Nível de escolaridade dos agricultores familiares entrevistados	64
Figura 4 – Relação dos agricultores familiares entrevistados com a terra	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Classificação dos agricultores “pronafianos” por Grupo na safra 2007/2008	31
Tabela 2 – Escalonamento do PRONAF a partir de 28 de março de 2008	32
Tabela 3 – Número de contratos e montante de crédito rural do PRONAF por ano fiscal, 1996 a 2008	39

EFEITOS DO PRONAF NA SUSTENTABILIDADE AGRÍCOLA. O CASO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ.

Luísa Barreto Saramago

Orientador: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

RESUMO:

A atividade agrícola, situada como fundamental a manutenção da vida humana, tem, contraditoriamente a sua função social, sido responsável pela destruição de uma considerável parcela dos recursos naturais no Brasil e no mundo. Considerando a necessidade de adoção de práticas agrícolas sustentáveis, coloca-se, aqui, como objeto de estudo, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – o PRONAF – na tentativa de verificar em que medida o programa cumpre as suas diretrizes e promove uma agricultura em consonância com os ideais da sustentabilidade. A revisão bibliográfica aponta para uma contradição entre teoria e prática e revela que as ações do programa têm favorecido a tecnificação e a adequação dos agricultores familiares aos padrões capitalistas de produção. A fim de empreender uma avaliação dos efeitos do programa no município de Campos dos Goytacazes foi selecionada uma amostra composta tanto por agricultores familiares beneficiários do PRONAF quanto por agricultores familiares não beneficiários do programa. Tal opção metodológica possibilitou a comparação das práticas agrícolas de ambos os grupos de agricultores enfocando a variável “PRONAF” na diferenciação de suas práticas. O município de Campos apresentou a mesma tendência nacional, revelando que o programa favorece a utilização de maquinário e agrotóxicos em detrimento de modelos sustentáveis de produção. O PRONAF contribuiu, no município, para o incremento da renda de seus beneficiários, denotando o potencial do programa para a melhoria na qualidade de vida dos agricultores familiares que têm acesso ao mesmo. É necessário, porém, reestruturar as ações do programa para que a sua contribuição ultrapasse as esferas econômica e social e alcance também a esfera ambiental.

Palavras Chaves: Agricultura Sustentável; Agricultura Familiar; PRONAF e Campos dos Goytacazes.

PRONAF EFFECTS ON AGRICULTURAL SUSTAINABILITY. THE CASE OF FAMILY FARMERS FROM CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ.

Luísa Barreto Saramago

Advisor: Prof. Dr. Paulo Marcelo de Souza

ABSTRACT:

Farming activity, situated as essential to the maintenance of human life, has, paradoxically its social function, being responsible for the destruction of a considerable portion of natural resources in Brazil and worldwide. Considering the need to adopt sustainable farming practices, is placed here as an object of study, the National Program to Support Family Agriculture - PRONAF - in an attempt to ascertain in what extent the program meets its guidelines and promotes sustainable agriculture in consonance with the ideals of sustainability. The literature review points to a contradiction between theory and practice revealing that the program's actions have favored technology expansion and the adequacy of family farmers to the standards of capitalist production. In order to promote an assessment of the program effects in the municipality of Campos dos Goytacazes was selected a sample composed of both kind of farmers, family farmers beneficiaries of PRONAF and family farmers that are not beneficiaries of the program. This methodological approach allowed the comparison of the farming practices of both groups of farmers focusing on the variable "PRONAF" to differentiate their practices. The municipality of Campos showed the same national trend, revealing that the program encourages the use of machinery and pesticides at the expense of sustainable production. PRONAF contributed in this city to increase the income of its beneficiaries, showing the program's potential for improving the quality of life to family farmers who have access to it. It is still necessary to restructure the actions of the program so that its contribution goes beyond the economic and social spheres and also to achieve the environmental sphere.

Keywords: Sustainable Agriculture; Family Farming; PRONAF; Campos dos Goytacazes.

Introdução

“(...) só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com crescimento econômico, no mais das vezes resultado de uma mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente”.

(Celso Furtado)

É o entendimento de que a agricultura é uma atividade econômica indispensável às sociedades humanas e, ao mesmo tempo, uma atividade que opera significativa transformação na paisagem natural e nas condições naturais dos ambientes em que se desenvolve, que suscita as questões que orientam o presente trabalho.

A tendência crescente de aproximação com os padrões de sustentabilidade tem levado a um questionamento dos atuais padrões das práticas agrícolas e à proposição de novas tendências amparadas nas preocupações ambientais, sobretudo na premissa da sustentabilidade.

A despeito das múltiplas significações de sustentabilidade e, conseqüentemente, da agricultura sustentável, este estudo sobre as práticas agrícolas no município de Campos dos Goytacazes busca revelar como se apresenta a agricultura familiar na região e em que medida ela se aproxima do ideal de sustentabilidade ou até que ponto os modelos agrícolas adotados afetam negativamente o ambiente.

O objeto que aqui se coloca é a agricultura familiar. Considerou-se também os efeitos do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) nas práticas desses agricultores, a fim de verificar se há alguma correlação entre o programa e a promoção ou o afastamento do ideal sustentável. São considerados tanto os seus beneficiários quanto os produtores familiares que não são seus beneficiários para a realização de uma análise comparativa.

A lógica proposta para este estudo é a de avaliar as práticas agrícolas dos produtores familiares do município de Campos dos Goytacazes e a sua aproximação, ou o seu afastamento, dos ideais propostos pela sustentabilidade agrícola – entendida no presente momento como condição fundamental para a continuidade da prática da agricultura no futuro. A aproximação ou afastamento de uma agricultura sustentável é mensurada a partir do tipo de relação que esses produtores mantêm com a terra.

Na medida em que se aproximam situações de escassez dos recursos naturais, é preciso estabelecer prioridades, fazer escolhas. Se a satisfação plena dos objetivos econômicos, sociais e ambientais é impossível, é necessário definir quais serão os objetivos privilegiados e quem pagará o preço dessas escolhas.

Os efeitos do PRONAF nessa aproximação – ou não – com as práticas da agricultura sustentável foram analisados a partir de uma amostra que contemplou tanto os agricultores que são beneficiários do programa quanto aqueles que não são. Em suas diretrizes oficiais o programa defende um modelo agrícola capaz de articular as esferas econômica, social e ambiental. A investigação proposta para o município de Campos dos Goytacazes buscou investigar se de fato essas esferas são igualmente contempladas ou se há discrepância entre essas diretrizes e as práticas financiadas pelo programa.

A proposta do programa é de produzir um novo modelo agrícola nacional. Esse modelo deve estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que possa alcançar níveis de satisfação e de bem estar dos agricultores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais. (LEMES, 2009)

Os estudos¹ que tem se desenvolvido pelo país sobre os efeitos reais do

¹ Sobre o assunto ver: Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. ABRAMOVAY e PIKETTY, 2005; 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996 - 2008): uma reflexão crítica. AQUINO e SCHNEIDER, 2010; PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural GUANZIROLI, 2010; Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito KAGEYAMA, 2003; Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS). MERA e DIDONET, 2010; Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar. SCHNEIDER et al, 2004.

programa revelam, porém, um quadro diferente dessas diretrizes oficiais. O que tem se percebido é que a tríade da sustentabilidade – quais sejam economia, sociedade e ambiente – não tem sido igualmente contemplada e os ideais econômicos pesam mais na balança.

A aplicação dos recursos tem se direcionado, em sua maior parte, para a aquisição de insumos modernos, o que demonstra o modelo de produção financiado pelo PRONAF, um modelo bastante tecnificado, fazendo-se utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas, fertilizantes químicos e inseticidas. (MERA e DIDONET, 2010)

A tentativa de posicionar o município de Campos dos Goytacazes em meio a esse dilema é o que se apresenta neste estudo. O PRONAF cumpre, no município retratado, o seu propósito sustentável? Ou assim como em outras localidades encaminha os agricultores para o viés capitalistas?

As considerações alcançadas a partir do estudo aqui proposto permitiram não apenas determinar a situação do PRONAF – mais especificamente da linha de crédito PRONAF A – no município e a sua influência sobre a atividade agrícola, mas também enumerar algumas das deficiências e algumas das potencialidades do programa, de modo a permitir que as possíveis reformulações e reestruturações figurem nas discussões sobre a temática.

Estrutura da dissertação

O capítulo 1 tem como objetivo definir e discutir a correlação entre a agricultura e a temática da sustentabilidade. Ao associar o adjetivo sustentável a agricultura fez-se necessário, antes de compreender o sentido que essas duas palavras adquirem juntas, compreender o sentido da sustentabilidade e a polissemia adquirida pelo termo em função da sua utilização abusiva. Apesar da opção por uma definição mais abrangente do conceito de sustentabilidade, nesse capítulo é também delimitado o modo

operacional de apropriação da noção de sustentabilidade a ser utilizada na etapa empírica. Por fim, o capítulo inicial enuncia os motivos pelos quais a agricultura necessita vestir a roupagem da sustentabilidade na redefinição de suas práticas.

O segundo capítulo relaciona a produção agrícola sustentável ao grupo mais propenso a realizá-la, os agricultores familiares. Em um primeiro momento apresenta-se a definição da agricultura familiar, bem como as particularidades desse segmento. Em seguida delimitam-se quais dessas peculiaridades, presentes na agricultura familiar, favorecem a sustentabilidade agrícola. Esse grupo é reconhecido como o *lócus* ideal para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Ao final determinam-se as práticas que podem ser apontadas como sustentáveis na atividade agrícola.

O terceiro capítulo traz como temática o objeto de estudo específico da pesquisa empreendida, o PRONAF. Além de relatar como o programa surgiu, quais suas características e quais os requisitos para o acesso a ele, também foram consideradas, nesse capítulo, as premissas norteadoras do programa. Destacou-se, porém, a defesa da sustentabilidade como o elemento responsável pela dissonância entre as diretrizes e as ações financiadas pelo programa.

A estruturação metodológica é delineada no capítulo 4. Primeiramente caracteriza-se o instrumento de coleta de dados, o questionário. São destacadas as partes em que se divide o questionário e quais os principais questionamentos que se levanta em cada uma das etapas. Delimitou-se o campo e o objeto do estudo e como desenrolou-se a etapa da coleta de dados. Ao final do capítulo são apontadas as estratégias utilizadas para o tratamento dos dados e para as correlações estabelecidas entre as informações coletadas.

A análise dos dados aparece no capítulo 5, dividida em três etapas. Primeiro ocorre a apresentação das características do grupo de não beneficiários do PRONAF que compôs a amostra. Em segundo lugar caracterizou-se o grupo de beneficiários do programa componente da amostra. A terceira e última etapa estabeleceu as proximidades e divergências entre ambos os grupos levando em consideração a influência do fator PRONAF para essas correlações.

No último capítulo apontam-se algumas considerações sobre o tema a fim de trazer respostas às hipóteses levantadas. As considerações finais revelam o comportamento do PRONAF em relação a defesa da sustentabilidade e sinalizam uma reprodução, no município, da tendência que se verifica a nível nacional. A contribuição do PRONAF para a sustentabilidade ainda não foi capaz de extrapolar o papel e permear as práticas agrícolas dos produtores familiares que se tornaram seus beneficiários.

1. A agricultura Sustentável

“Vive-se, no início do século XXI, uma emergência que, mais que ecológica, é uma crise do estilo de pensamento, dos imaginários sociais, dos pressupostos epistemológicos e do conhecimento que sustentaram a modernidade. Uma crise do ser no mundo, que se manifesta em toda a sua plenitude, nos espaços internos do sujeito, nas condutas sociais auto-destrutivas, e nos espaços externos, na degradação da natureza e da qualidade de vida das pessoas”.

(Pedro Jacobi)

A utilização do conceito sustentável tem sido, como aponta Veiga (2006), abusiva. Na medida em que este conceito passou a adjetivar inúmeras “proezas”, seu sentido foi esvaziado e banalizado, afastando-se de sua denotação original. É necessário, portanto, apresentar algumas das noções mais difundidas de sustentabilidade e assinalar aquela que se pretende utilizar, aqui, como adjetivo para a agricultura “sustentável”.

Faz-se necessário também, considerando a dificuldade de mensurar a sustentabilidade em todos os seus níveis, promover a delimitação de um conceito operacional para o termo, a fim de buscar variáveis capazes de indicar a presença, ou não, de uma postura sustentável. Este conceito operacional será apenas uma ferramenta metodológica para o desenvolvimento da análise empírica que aqui se propõe e não uma proposta de “engessamento” para o conceito de sustentabilidade.

Não há aqui a pretensão de se formular uma nova teorização do que é ou não considerado sustentável, mas sim promover uma avaliação e posterior categorização de determinadas práticas agrícolas no intuito de enquadrá-las, ou não, em um padrão sustentável. É nesse sentido que o viés escolhido nessa pesquisa apresenta a

conceituação do termo sustentável, porém determina as esferas que serão consideradas e desconsideradas na etapa empírica.

Além de buscar uma compreensão da multiplicidade de sentidos atribuída ao conceito de sustentabilidade, é preciso compreender as peculiaridades assumidas pelo termo quando associado a concepção de agricultura. A conceituação da sustentabilidade e a sua caracterização ao adjetivar a atividade agrícola é que serão tratadas a seguir.

1.1. Problemática conceitual do termo

Em sua análise do termo “econômico”, Polanyi (1976) estabelece um significado real e um significado formal para este conceito. O significado real traduziria o econômico como uma atividade que proporciona os meios para satisfazer as necessidades materiais dos homens, enquanto o significado formal propõe a utilização de alternativas para os recursos escassos na satisfação dessas necessidades.

É possível estabelecer uma analogia entre a dupla significação dada por Polanyi ao conceito econômico e o conceito sustentabilidade. Além das inúmeras utilizações do termo, observa-se uma distância entre muitos dos conceitos formulados para o que seria sustentável – o formal – e a realidade em que se desenvolvem – o real.

Exemplo de tal distância entre o “formal” e o “real” na conceituação do que seria sustentável está na proposição de Carmo (1998), que entende o sustentável como um processo de desenvolvimento social e de progresso econômico, no qual se mantêm e se conservam os recursos naturais, entendidos como origem do futuro comum de uma humanidade que pretende tornar coisa do passado os impactos econômicos sobre o meio ambiente.

A conservação dos recursos naturais figura em quase todas as concepções de desenvolvimento sustentável, entretanto, acreditar que é possível alcançar uma

realidade em que as atividades antrópicas não causem nenhum tipo de impacto sobre o meio ambiente, vai além de utopia e configura-se como ingenuidade. O equilíbrio entre as percepções opostas em relação ao meio ambiente pode apresentar-se como alternativa mais viável para a conceituação da sustentabilidade.

Enquanto de um lado a conceituação “formal” aponta para a tentativa de uma preservação total, de uma atuação humana livre de impactos ao meio ambiente, é preciso pensar na direção do que seria “real”. É preciso, portanto, buscar caracterizações e conceituações que tornem a noção de sustentabilidade algo realizável, e não apenas mais um conceito teórico inviável quando se trata da realidade prática.

A situação ideal apontada por Carvalho (2003), em termos de sustentabilidade, seria a plena satisfação das necessidades humanas sem o comprometimento dos recursos naturais. O autor reconhece tal situação como um ideal almejado por todos, mas admite que se tal conciliação não for possível, teremos de escolher entre o caminho do desenvolvimento e o da preservação.

É nesse sentido que a distância entre o “real” e o “formal” se revelam. Por um lado reconhecemos que a preservação e o manejo correto dos recursos naturais apresentam-se como condição *si ne qua non* para a continuidade da prática agrícola e para a manutenção da vida humana sobre o planeta, mas por outro lado reconhecemos a impossibilidade de uma realização plena de tal feito.

Por mais apocalíptico que pareça, o atual ritmo de exploração e transformação dos recursos naturais promovido pelo sistema capitalista é uma ameaça a continuidade da vida no planeta como a conhecemos. A busca por posturas alternativas permeia a noção de sustentabilidade, que apesar de, enquanto ideal, almejar a convivência harmônica entre o homem e seu meio, permite uma redefinição da ação antrópica que amenize a degradação do planeta.

Mesmo que não seja possível transformar em prática a noção de uma convivência plenamente harmônica entre os seres humanos e o meio em que vivem, pode-se e deve-se desejar que as ações humanas aproximem-se o máximo possível

dessas teorizações. Há que se reconhecer a distância que sempre haverá entre o “formal” e o “real” em termos de sustentabilidade, mas pode-se desejar que a realidade que as separa não se afaste de forma irreversível do que a teoria propõe.

O desenvolvimento sustentável, segundo Sachs (2000), depende de uma harmonia entre os objetivos sociais, ambientais e econômicos. Alcançar essa harmonização caracteriza um dos grandes desafios de nossa era, na medida em que a plena satisfação dos interesses econômicos se dá a custa dos interesses sociais e ambientais. Essa tríade que embasa os ideais sustentáveis não tem sido contemplada de forma equilibrada e a sociedade capitalista garante que a esfera econômica esteja acima das outras na escolha dos modelos produtivos adotados – tanto no mundo urbano quanto no mundo rural.

Para que as atividades humanas possam adjetivar-se como sustentáveis será preciso, então, que os interesses econômicos dêem lugar aos interesses sociais. Como lograr tal feito na sociedade do capital? Como desenvolver nos indivíduos uma percepção que ultrapasse seus interesses individuais e que se direcione em prol do coletivo? São questionamentos que permanecem sem respostas definidas, mas que movem a investigação dos que acreditam que, de alguma forma, é possível atingir uma postura sustentável no desenvolvimento das atividades humanas.

Carvalho (2003) atenta para o fato de que o discurso do “desenvolvimento sustentável” é revestido de grande carga emocional e de subjetividade, mas aponta como mais conhecida e mais difundida noção de sustentabilidade aquela que propõe o atendimento das necessidades do presente sem que se comprometam as gerações futuras no atendimento de suas próprias necessidades.

A expressão desenvolvimento sustentável surgiu, afirma Veiga (2006), da obrigatoriedade bem mais precisa de não se aceitar como uma fatalidade a idéia de que a relação objetiva entre o desenvolvimento e a conservação de sua própria base natural pudesse ser de caráter antagônico, além de contraditório. Mesmo que as discussões sobre sustentabilidade façam parte da vida social e acadêmica há cerca de 4 décadas, foi apenas nas duas últimas décadas que a problemática ganhou o

destaque merecido e passou a permear outras temáticas – como nesse caso em que apresenta-se associado às atividades agrícolas.

A diferenciação entre a noção de preservação e de conservação é necessária para que não se trace um caminho utópico nas iniciativas em prol da sustentabilidade. As ações produtivas humanas são incompatíveis com uma conservação plena dos recursos naturais, mas acreditar que uma dissociação completa de medidas de preservação seja possível ameaça a própria base de reprodução da vida no planeta.

Ainda segundo Veiga (2006), a banalização da utilização de “sustentável” como adjetivo para diversos fenômenos, acabou por denotar, em muitos casos, um crescimento econômico que não seria passageiro, instável ou oscilante, e sim consistente.

A subjetividade na conceituação de sustentável, apontada por Carvalho, associada às errôneas significações assumidas pelo termo assinaladas por Veiga, revelam, uma vez mais, a necessária delimitação do significado de sustentabilidade que aqui se deseja expressar.

Sachs (2000) reconhece a incompatibilidade entre o desenvolvimento sustentável e o “jogo sem restrições das forças do mercado”. A força do capitalismo diante do manejo adequado dos recursos naturais é esmagadora a tal ponto, que mesmo os primeiros teóricos que se dedicaram a estudar e compreender o sistema capitalista, já sinalizavam a incompatibilidade entre o capitalismo e a preservação ambiental. Inclusive o sociólogo alemão Max Weber (1982), percebeu no consumo incessante dos recursos naturais, a fermentação da cultura capitalista moderna.

Eis o dilema da sociedade atual, lutar contra as “forças do mercado” e encontrar um ponto de equilíbrio no qual o crescimento econômico não se faça a custa da manutenção da própria vida. Por mais dramática que possa parecer tal colocação, os sinais de comprometimento da qualidade de vida do homem na Terra já se evidenciam, e em ritmo crescente. As conseqüências dos modelos produtivos adotados pelo homem estão perceptíveis nos eventos naturais recentes e revelam o

comprometimento da satisfação plena das necessidades futuras de gerações vindouras.

Weber (1982) admitiu também que não há substitutos para esses recursos naturais que vêm sendo consumidos desenfreadamente pelas atividades econômicas de base capitalista. Tal premissa, formulada pelo autor no século passado, assume, cada vez mais, veracidade em nosso século e ocupa significativo espaço nas preocupações dos teóricos de nosso tempo.

Essa preocupação com a escassez dos recursos naturais fica evidente nas tentativas realizadas nos últimos anos de encontrar substitutos para os recursos mais valiosos. Energia solar e eólica em substituição a energia hidroelétrica; biocombustível em substituição a combustíveis derivados do petróleo. Esses tantos e outros exemplos revelam que a sociedade atual tem percebido a importância e a necessidade dos recursos naturais para a continuidade das atividades produtivas presentes.

Para Polanyi (1976), a abundância de meios aumenta a dificuldade de realizar escolhas racionais, mas em situações de escassez, é o estabelecimento de prioridades que permite a tomada de decisão. A necessidade da escolha deriva da insuficiência de meios para se alcançar determinados fins. A escassez altera os princípios utilizados na tomada de decisões.

Na medida em que nos aproximamos de situações de escassez de nossos recursos naturais, precisamos estabelecer prioridades, fazer escolhas. Se a satisfação plena dos objetivos econômicos, sociais e ambientais é impossível, é preciso definir quais serão os objetivos privilegiados e quem pagará o preço dessas escolhas.

Para tal, é preciso efetuar a escolha de uma definição de sustentabilidade que orientará a realização da pesquisa que aqui se propõe efetuar. A sustentabilidade ambiental deve ter base na solidariedade sincrônica com a geração atual e a solidariedade diacrônica com as gerações futuras (SACHS, 2004). Assim, a utilização de “sustentável” como adjetivo para a agricultura terá, aqui, tal significação.

1.2. Delimitação do conceito operacional de sustentabilidade

Independente das proposições teóricas que aqui se apresentam para o termo sustentabilidade é preciso realizar uma delimitação operacional das premissas que orientaram a tentativa de percepção das práticas sustentáveis dos agricultores do município de Campos na etapa empírica desse estudo.

Em função disto, das três bases sobre as quais se alicerça a noção mais aceita para o adjetivo sustentável (Economia, Ambiente e Sociedade), apenas duas figuraram como **centrais** para a mensuração do nível de sustentabilidade, quais sejam economia e ambiente.

O aspecto econômico e o aspecto ambiental apresentam-se como opostos, mas não por se configurarem como tal, mas sim pela percepção antagônica que se tem de ambos. Quase todas as teorizações acerca do tema atribuem posicionamentos divergentes para os interesses econômicos e para os interesses ambientais, como se uma conciliação entre ambos fosse algo impossível.

Lemes (2009) atenta para o fato de que os sistemas que apresentam as melhores características de conservação dos recursos naturais, geralmente, enfrentam dificuldades de competição no mercado com outras formas de produção convencional, pois exigem maiores custos e tempo para retorno econômico.

Essa constatação de Lemes só reforça o posicionamento daqueles que não percebem uma via alternativa para a relação entre ambiente e economia que não seja a oposição. É bem verdade que grande parte dos sistemas produtivos do mundo ainda não foi capaz de articular essas duas premissas de forma satisfatória, promovendo o mínimo de impactos ambientais possível e ao mesmo tempo garantindo a viabilidade econômica da atividade desempenhada.

Em contrapartida, aponta ainda a autora, os sistemas de produção mais equilibrados geram benefícios para toda a sociedade, como, por exemplo, a manutenção dos ecossistemas florestais, a melhora na qualidade do ar, água, solos e

da biodiversidade. Todos esses benefícios são denominados “serviços ambientais” na economia internacional, mas quase que invariavelmente, não são valorados pelos mercados brasileiros, não sendo possível internalizar os custos ambientais no preço final do produto.

Ao ignorar os “serviços ambientais” como elemento componente da equação econômica que envolve custos e benefícios da prática desenvolvida, o resultado não será capaz de inserir em meio aos interesses financeiros uma racionalidade ambiental, muito menos fazê-lo de forma harmônica.

Nesse sentido, na investigação das práticas agrícolas sustentáveis, será preciso escalonar a ocorrência de uma maior ou menor aproximação em relação aos aspectos econômicos e ambientais – situados em extremos opostos – a fim de determinar o grau de sustentabilidade que se pode conferir a uma prática.

A investigação empírica desenvolvida neste estudo buscou dimensionar as variáveis econômicas e as variáveis ambientais dos agricultores familiares do município. Quanto mais próximos dos ideais capitalistas, menos sustentáveis foram percebidos esses agricultores e quanto mais próximos dos ideais preservacionistas mais sustentáveis eles se apresentaram.

Tal percepção, apesar de reducionista, desconsidera o âmbito social não por ser menos relevante que o âmbito econômico ou ambiental para a noção de sustentabilidade, mas por demandar abordagens e ênfases diferenciadas das que se propõe na presente investigação. Nesse sentido, a opção puramente metodológica que aqui foi feita voltou-se para a ênfase nos aspectos econômicos e ambientais como estratégia para a avaliação do grau de sustentabilidade.

1.3. Por que sustentabilidade na agricultura?

O reconhecimento dos danos ambientais causados pela agricultura até o presente momento tem levado à introdução de valores ambientais nas práticas

agrícolas (CAPORAL & COSTABEBER, 2006). A crescente associação entre sustentabilidade e agricultura tem gerado a mesma multiplicidade conceitual proveniente de outras associações que envolvem o conceito “sustentável”. Assim como foi determinada a noção de sustentabilidade que se pretende adotar, há também que se determinar a noção de agricultura sustentável que norteia as proposições aqui colocadas.

Há que se compreender porém, que na composição “agricultura sustentável” esse adjetivo traga consigo as problemáticas que carrega enquanto conceito. Como qualquer outro termo que carrega o sustentável como componente, a agricultura enfrentará a mesma dificuldade de promover a diminuição da linha que separa a teorização acerca das práticas agrícolas ambientalmente adequadas e aquelas práticas agrícolas que se consegue, de fato, realizar sob o rótulo da sustentabilidade.

É natural que a proposta do desenvolvimento sustentável, como caminho para a superação da problemática ambiental do planeta, alcançasse a agricultura. Trata-se, segundo Soares (2000), de uma das atividades com maior impacto sobre o meio ambiente e, considerando que os sistemas agrários ocupam cerca de 45% da superfície total dos ecossistemas brasileiros, deve-se buscar a introdução de práticas menos agressivas ao meio ambiente nas atividades do meio rural.

O atual cenário de desenvolvimento rural, aponta Lemes (2009), expõe a necessidade de políticas públicas (federais, estaduais e municipais) capazes de criar mecanismos de incentivo de modo a tornar atrativos os investimentos em sistemas de produção sustentáveis. Além do escasso incentivo a esse tipo de sistema, há o problema da desinformação, pois a caracterização de um sistema produtivo como “sustentável” ainda é algo muito mítico e nebuloso para a maior parte da população envolvida nas atividades agrícolas.

O termo “desenvolvimento rural sustentável”, afirma Ramos (2001), tem sido utilizado para designar uma melhoria na qualidade de vida dos habitantes do campo e uma exploração do solo e das atividades agropecuárias com “preservação/recuperação

ambiental”. De acordo com o autor, no processo de produção agropecuária, há uma inegável importância da natureza ou dos fenômenos da natureza.

Como os recursos naturais são necessários para a atividade agrícola e esta é indispensável à vida humana, há de se considerar que práticas agrícolas dissonantes da sustentabilidade representam perigo a sua sobrevivência. É nesse sentido que já não se pode pensar em agricultura nos dias de hoje – e na sua continuidade futura – sem associá-la a noções sustentáveis.

Para promover essa associação entre agricultura e sustentabilidade, Balsan (2006) coloca a necessidade de se buscar formas racionais de produção que envolvam o manejo, a conservação e a recuperação dos recursos naturais. Isso porque, o cultivo inadequado, desrespeitando a aptidão agrícola e as limitações do solo, tem acelerado a degradação do meio ambiente.

O termo “agroecologia” passou a ganhar status transdisciplinar nas discussões concernentes à sustentabilidade agrícola, integrando a noção de agricultura à noção de conservação ambiental. Segundo Barbé e Souza (2009), os sistemas de produção de bases agroecológicas são aqueles que utilizam tecnologias que respeitam os recursos naturais e que, no trabalho em conjunto, são mantidas – ou pouco alteradas – as condições de equilíbrio entre os organismos que participam do processo de produção.

Nesse universo polissêmico em que transita o adjetivo sustentável e, neste caso, a agricultura sustentável, as mais diferentes definições convergem no sentido do equilíbrio. A percepção de que o equilíbrio entre os diferentes agentes envolvidos nos processos agrícolas é fundamental para a perpetuação de tal atividade entre as gerações futuras figura entre as mais diversas teorizações sobre a agricultura sustentável.

Fonseca (2009) descreve a agroecologia como um conjunto de princípios e de metodologias que dão apoio ao processo de transição de uma agricultura convencional/industrial para uma agricultura de base ecológica e social. Tal feito não ocorre sem que se considere as dimensões políticas, sociais, culturais, ambientais, éticas, estruturais, organizacionais, de segurança alimentar e econômicas no desenho

e na condução dos sistemas agrícolas e comerciais sustentáveis e na promoção do estímulo aos hábitos de consumo consciente.

O autor aponta ainda, que a transição para um sistema agroecológico envolve duas dimensões. Além de uma mudança interna no sistema produtivo – que seria a redução e a racionalização do uso de insumos químicos e de práticas nocivas ao ambiente e ao homem – essa transição envolveria também mudanças externas ao sistema de produção – como, por exemplo, a expansão da consciência pública e a formulação de políticas públicas favoráveis às dimensões sustentáveis.

A incorporação da sustentabilidade vai além de ações práticas e envolve também as consciências. Enquanto não houver transformação no modo de pensar das pessoas, não será possível ignorar o *tradeoff* entre economia e ambiente. A necessidade de se fazer uma escolha resulta da percepção equivocada e contraditória que se tem desses dois conceitos, que têm sido, equivocadamente, percebidos como inconciliáveis.

Eis aqui a apresentação de uma percepção chave para a promoção das práticas sustentáveis: a transformação das consciências. Não bastam ações que objetivem uma mudança prática sem que essa mudança parta de uma reflexão e uma identificação com o desejo espontâneo de participar da preservação dos recursos naturais e da adoção de novas formas de produção em consonância com essa preservação.

Avila (1998) conceitua a agricultura familiar como aquela que implica no manejo exitoso dos recursos para a agricultura a fim de satisfazer as necessidades da população, ao mesmo tempo em que se mantém ou se melhora a qualidade do ambiente e se conservam os recursos naturais. O autor também reconhece duas noções alternativas da agricultura sustentável, aquela que possui a capacidade de sustentar a produção a longo prazo e aquela que regula o uso produtivo dos recursos naturais.

Nesse sentido, o autor aponta a agricultura familiar quase como sinônimo da agricultura sustentável, na medida em que a primeira, assim como a segunda, preza pela manutenção da atividade ao longo de diferentes gerações. Esse princípio comum

coloca a agricultura familiar diante da difícil tarefa de rotular-se sustentável. Difícil pois a identificação com os princípios da sustentabilidade não emana como um desejo ou uma adesão natural, mas como uma espécie de “predestinação” da classe.

Adjetivar-se sustentável deveria ser o propósito de todos os modelos produtivos agrícolas, e não a sina de uma categoria rural – os agricultores familiares – que carrega a responsabilidade da preservação ambiental e ao mesmo tempo o ônus de uma inserção pouco competitiva no mercado capitalista.

Considerando a proposição de Sachs, de que a sustentabilidade ambiental dependeria do equilíbrio entre as necessidades sociais, econômicas e ambientais, a sustentação da agricultura a longo prazo atenderia primordialmente os objetivos de mercado, enquanto a regulação do uso dos recursos naturais atenderia, primordialmente, os objetivos ambientais.

De fato, o conflito entre as necessidades do mercado e as questões ambientais é um dos dilemas mais comuns quando se pensa a questão da sustentabilidade. Infelizmente, o mercado tem vencido essa disputa. As práticas agrícolas consonantes com os objetivos de mercado predominam em relação às práticas agrícolas sustentáveis.

O conceito de Avila (1998), ao buscar o atendimento tanto das necessidades de mercado, quanto das necessidades ambientais e sociais, é o que mais se aproxima de um equilíbrio entre as esferas garantidoras da sustentabilidade. No momento em que as práticas agrícolas, para ganharem o adjetivo sustentável, buscarem a harmonia entre o social, o econômico e o ambiental, a agricultura pode perder em termos de eficiência (no sentido mercadológico), mas ganhará em termos de equidade².

² Eficiência e equidade são dois exemplos de componentes de um conceito econômico, o tradeoff. Trata-se de uma situação em que se deve optar por uma coisa em lugar de outra, levando em conta os custos e benefícios da ação. A eficiência seria a propriedade que uma sociedade tem de receber o máximo possível pelo uso de seus recursos escassos, enquanto a equidade seria a justa distribuição da prosperidade econômica entre os membros da sociedade (MANKIWI, 2001). A opção pela equidade em detrimento da eficiência, com a adoção da sustentabilidade ambiental, afastaria a ação da opção mercadológica aproximando-a do social e promovendo um melhor equilíbrio entre os três elementos.

A agricultura sustentável, para Carmo (1998), é aquela que se opõe aos padrões tecnológicos da revolução verde, é aquela que deve embutir nas classes dirigentes “racionalidades” éticas diferentes das estratégias econômicas atuais. O progresso tecnológico e o bem-estar material alcançado pela humanidade não devem destruir a base natural na qual se apóiam.

É justamente uma questão de “racionalidade”. As questões ambientais que enfrentamos hoje – entre elas a necessidade de práticas agrícolas menos agressivas ao meio ambiente – resultam de “racionalidades” distorcidas as quais o homem tem se apegado ao longo dos anos. O imediatismo e o desejo de lucro fácil e rápido guiaram as ações humanas e nos conduziram a situação ambiental alarmante que vivenciamos no presente.

Eis que há a necessidade de se pensar em mudanças qualitativas, como indica Lemes (2009), que tenham base em formas mais adequadas de uso e manejo de recursos naturais, que obedeam a uma alternativa de aproveitamento social e econômico da terra com baixos riscos de degradação ambiental.

Caporal e Costabeber (2006) reconhecem que a agricultura convencional é portadora de “um processo antrópico ambientalmente destrutivo”. A alternativa seria o redesenho dos agroecossistemas, que funcionariam com base em um novo conjunto de processos ecológicos. Entretanto, os próprios autores reconhecem o complexo nível de tal transição.

Complexo ou não, o fato é que se faz necessário a articulação das práticas sustentáveis à atividade agrícola sob a pena de destruição da mesma. Manter o atual padrão de exploração dos recursos é privar as gerações futuras – e talvez até mesmo a geração presente – de desfrutar de uma qualidade de vida aceitável e desejável. O modelo predominante com que a agricultura tem se desenvolvido no país e no ritmo com que tem se desenvolvido não poderá ser mantido por muito tempo.

Além das dificuldades existentes na transição do modelo agrícola atualmente predominante para um modelo agrícola sustentável, é preciso também considerar as diferenças regionais pertinentes a essa transição. Costa Neto (1999) ressalta os

impactos dessas diferenças na implementação de uma agricultura sustentável, cujos aspectos tecnológicos devem se adaptar às condições regionais a fim de aproveitar ao máximo os recursos locais.

Fato é, falar de agricultura hoje envolve reconhecer a urgência de um redesenho na forma como ela tem se desenvolvido. Tal proeza deve envolver, obviamente, a agricultura monocultora e latifundiária, mas também a agricultura policultora e familiar. Se o propósito maior é a conservação de tal atividade para as gerações futuras, todos os segmentos da agricultura devem estar envolvidos. A mudança no modo como se desenvolvem os modelos produtivos agrícolas brasileiros deve ser uma responsabilidade social, e não uma penalidade imposta a uma classe.

Sem a participação de todos – até mesmo dos grupos que não estão ligados de forma direta ao campo – não há como responsabilizar ninguém pelo custo ambiental que o tipo de civilização desenvolvida no Brasil promoveu. Se a sustentabilidade é de interesse de todos enquanto premissa norteadora de modelos produtivos – tanto rurais quanto urbanos – ela deve ser entendida também como responsabilidade de todos.

2. A Agricultura Sustentável na produção familiar

“A base para um desenvolvimento agrário sustentável estaria, assim, em um tripé que inclui a geração e disseminação de tecnologias apropriadas, a capacitação dos agricultores e de todos os membros da família e a organização desses agricultores”.

(Washington Novaes)

Apesar da reconhecida heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil, este segmento figura como unidade produtiva ideal para o desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis. Algumas das características constituintes da categoria familiar de produtores agrícolas apresentam, naturalmente, consonância com os propósitos de uma produção agrícola sustentável.

Esse aspecto é abordado no item seguinte, que trata da definição da agricultura familiar e de algumas dessas características, bem como dos argumentos que advogam pela unidade familiar como “lócus” ideal da produção sustentável, além de enumerar algumas das práticas agrícolas ditas sustentáveis em virtude de sua recorrência mais comum em modelos produtivos familiares.

2.1 A agricultura familiar

Antes de apresentar as teorizações acerca da delimitação dos componentes que caracterizam a agricultura familiar, cumpre indicar a definição oficial da agricultura familiar dada pela lei 11.326, de 24 de julho de 2006, que para muitos não engloba todos aqueles que poderiam ser tidos como agricultores familiares, mas essa é uma questão que não cabe à problemática aqui levantada.

Conforme essa lei, os critérios que definem a agricultura familiar são: a área do estabelecimento que não exceda quatro módulos fiscais³; a mão-de-obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas deve ser predominantemente da própria família; a renda familiar deve ser predominantemente originária das atividades agrícolas na propriedade; e o estabelecimento ou empreendimento deve ser dirigido pela família.

Com a aprovação dessa lei, a agricultura familiar passou a ser reconhecida como categoria econômica – apontam Mera e Didonet (2010) – e a expressão “agricultura familiar” tornou-se de uso recente no vocabulário científico, governamental e das políticas públicas no Brasil. O reconhecimento tão tardio dessa classe de agricultores talvez possa indicar – para muitos – que essa categoria é de formação recente, porém a origem dos agricultores familiares é muito anterior ao seu reconhecimento formal por parte das instituições governamentais.

Aquino e Schneider (2010) desmentem essa crença errônea quanto à origem dos pequenos produtores familiares no Brasil:

Mas é importante mencionar que, apesar de ser recente o uso do termo agricultura familiar em nosso país, esta forma social e econômica caracterizada pela unidade entre trabalho, produção e unidade doméstica conforma um modo de vida muito presente e significativo na formação do tecido social brasileiro, particularmente no espaço rural. Mesmo assim, somente a partir de meados da década de 1990 ela passou a ganhar espaço e legitimidade, tornando-se uma categoria reconhecida econômica e politicamente (p. 1).

³ O módulo fiscal é uma unidade de medida, expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: tipo de exploração predominante no município; renda obtida com a exploração predominante; outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e o conceito de propriedade familiar. (SEBRAE) No caso do município de Campos dos Goytacazes, o valor de cada módulo fiscal é de 12 hectares.

Os autores apontam tanto para a importância dos agricultores familiares desde os primeiros momentos da formação social brasileira, quanto para o reconhecimento tardio de sua importância econômica e política como uma categoria formal. A contradição é evidente e o questionamento que surge aponta no sentido de compreender porque há esse intervalo tão significativo entre a conformação de um tipo de agricultura caracterizado como familiar e o seu reconhecimento por parte do governo.

O fato de a agricultura familiar ter ficado tanto tempo esquecida pelo governo não significa que a agricultura em si não ocupasse importante papel nas preocupações governamentais. A política agrícola brasileira, em substância – afirma Denardi (2001) –, sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do *agrobusiness*. Os grandes produtores posicionaram-se de forma central nas políticas governamentais agrícolas durante muito tempo.

Historicamente construiu-se no país uma valorização da agricultura monocultura e latifundiária, percebida como modelo ideal para o sucesso econômico da atividade agrícola. Não há de se esperar que os primeiros financiamentos voltados para o setor rural fossem destinados a outra classe que não os grandes latifundiários. Além de sua reconhecida importância econômica, esse grupo também alcançou importância política considerável no cenário nacional. Ainda hoje os membros da “bancada ruralista” possuem um forte poder de decisão no poder legislativo brasileiro e têm logrado – na posição de legisladores – inúmeros benefícios para a categoria que representam – os latifundiários.

Em termos comparativos, a agricultura familiar gera mais ocupações do que a agricultura patronal, utiliza de forma mais eficiente os recursos escassos como terra, trabalho e capital, e irradia mais desenvolvimento local (GUANZIROLI *et al* 2001). O modelo produtivo familiar é capaz de gerar benefícios que vão além das necessidades imediatas dos agricultores e prevêm a manutenção da qualidade de vida futura e para as gerações futuras.

Os autores também sinalizam o percentual produtivo dos agricultores familiares, que apesar de ocuparem 30,5% das terras agriculturáveis, respondem por 37,9% da produção agropecuária brasileira – mesmo havendo a existência de 2,7 milhões de unidades produtivas que não geram renda suficiente para assegurar a subsistência digna das famílias.

Talvez a explicação para a opção pela agricultura patronal em detrimento da agricultura familiar seja não apenas produto da força política de seus representantes, mas também da dificuldade de se definir a segunda. São múltiplas as características atribuídas a essa categoria e nem sempre todas elas são reconhecidas pela definição oficial adotada pelo governo brasileiro na condução das políticas públicas voltadas para esses agricultores.

A discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento do cenário rural brasileiro tem ganhado força nos últimos anos, sendo impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. O aumento no número de agricultores assentados pela reforma agrária e a criação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) refletem e alimentam este debate na sociedade. (GUANZIROLI e CARDIM, 2000)

Segundo Carneiro (1999), para que a exploração possa assumir o caráter familiar, a propriedade e o trabalho devem estar intimamente ligados à família, entretanto, a utilização da mão-de-obra familiar não é o elemento central de tal caracterização. A autora também afirma que nessa estrutura pode-se recorrer, ocasionalmente, à contratação do trabalho assalariado externo. Para que a noção familiar seja mantida em uma determinada produção, exige-se que ao menos um membro da família seja ao mesmo tempo administrador da produção e trabalhador, contrariando a noção oficial que prevê a predominância da mão-de-obra familiar.

A produção familiar tem como uma de suas características a policultura (SOUZA et al, 2008), na medida em que, independente de desenvolver atividade voltada para comercialização ou não, seu objetivo principal é a subsistência dos membros da

família. Na maioria dos casos essa subsistência associa a produção para o auto-consumo e comercialização – a fim de garantir o acesso aos bens que a terra não pode proporcionar. A pluriatividade se manifesta como característica dos pequenos agricultores brasileiros desde a sua origem.

O funcionamento econômico da agricultura familiar não se fundamenta na maximização da rentabilidade do capital e do lucro a curto prazo. Ao contrário, está orientado para as necessidades da família e o seu atendimento, além da manutenção, a longo prazo, das capacidades produtivas do meio natural, que é percebido como um patrimônio familiar (SOARES, 2000).

A preocupação que move as ações dos produtores familiares é a garantia do sustento familiar. A satisfação das necessidades da família determina as prioridades do grupo e muitas vezes essas se dão as custas de outros interesses que podem ser centrais para outros grupos de agricultores.

Denardi (2001) identifica os estabelecimentos familiares como, simultaneamente, unidades de produção e de consumo; unidades de produção e de reprodução social. O que se produz tem a finalidade de satisfazer – direta ou indiretamente – as necessidades dos indivíduos envolvidos na produção.

Essa visão da agricultura familiar a partir das preocupações com a satisfação das necessidades das gerações atuais sem comprometer a potencialidade das gerações futuras de fazê-lo é o que caracteriza esse tipo de produção como ideal para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Em outros modelos agrícolas, a família, em geral, não está diretamente envolvida na atividade e muitas vezes nem depende diretamente dela, por isso a preocupação com a manutenção da atividade no futuro é freqüente entre os agricultores familiares mas não entre outros grupos de agricultores.

Por suas características opostas à lógica da agricultura moderna, tais como a produção orgânica, em pequena escala e a policultura, a agricultura familiar tem sido apontada por diversos autores como mais propensa à sustentabilidade que outros modelos agrícolas. É necessário, porém, advertir que essa propensão ao sucesso da agricultura sustentável nem sempre será produto da consciência ambiental dos

produtores familiares, mas sim das próprias condições naturais de desenvolvimento dessa prática.

2.2 Condições favoráveis da produção familiar para a sustentabilidade agrícola

De acordo com Carmo (1998), a agricultura familiar possui as três principais funções de produção, consumo e acumulação de patrimônio, que a fazem adquirir uma lógica de produção-reprodução em que *“cada geração procura assegurar um nível de vida estável para o conjunto da família e a reprodução dos meios de produção”*.

Essa preocupação com a continuidade da atividade agrícola a longo prazo – considerada como uma das percepções do sustentável – pode aparecer em conjunto com outras intenções sustentáveis nos mais diversos modelos agrícolas. O que se reconhece, porém, é a existência dessa tendência de forma acentuada entre os pequenos produtores familiares.

Muitos são os fatores que também colocam a produção familiar em posição favorável na produção sustentável. Como apontam Guanziroli e Cardim (2000), as unidades familiares, a par de atenderem melhor aos interesses sociais do País, são mais produtivas, asseguram melhor a preservação ambiental e são economicamente viáveis.

Tal caracterização da produção familiar a coloca, como foi dito, na condição de unidade ideal de produção para o desenvolvimento da agricultura sustentável. Aqueles que atribuem à agricultura familiar melhores condições para um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental reconhecem nela, como afirma Soares (2000), um *“papel ímpar no que se refere à função ambiental da agricultura”*.

É preciso, entretanto, muito cuidado ao responsabilizar os agricultores familiares pela sustentabilidade agrícola, pois, como já foi assinalado, nem sempre ela deriva de uma racionalidade/intencionalidade ambiental, e sim das condições naturais desse tipo

de produção – sobretudo por sua dificuldade, seja por falta de recursos, por falta de informação, ou por falta de espaço, em adequar-se aos atuais padrões tecnológicos, predominantes na agricultura latifundiária, monocultora e voltada para o mercado, que resultam na degradação ambiental.

Além do mais, como sinaliza Balsan (2006), “muitos agricultores familiares são privados até mesmo das condições dignas de sobrevivência”. Trata-se de uma injustiça social penalizar alguns desses agricultores, que muitas vezes vivem em condições de extrema pobreza, com o afastamento da produção voltada para o mercado, e eximir os grandes produtores da responsabilidade ambiental.

O que se intenciona aqui é estabelecer a possibilidade de um melhor aproveitamento de uma potencialidade natural da produção agrícola familiar, sem comprometer o objetivo principal desses agricultores, qual seja a subsistência da família.

Como aponta Carvalho (2003), estas pessoas (os pobres) não podem ser responsabilizadas por nenhuma degradação e nem podem ser responsáveis pela preservação daquilo que não destruíram, ou “daquilo que é essencial para a sua própria sobrevivência”.

Há um desenrolar distorcido no modo como a agricultura tem sido tratada pelas políticas públicas. Durante muito tempo a agricultura patronal foi o único foco – e há os que defendam que esta continua sendo o foco central – das iniciativas governamentais. Entretanto, no momento em que se criam políticas que contemplam outros setores da agricultura, as benesses são acompanhadas da responsabilidade outorgada para o desenvolvimento da sustentabilidade.

Sachs (2001) também aponta os agricultores familiares como protagonistas importantes da transição à economia sustentável. Para ele, a agricultura familiar corresponde à melhor forma de ocupação do território, por responder a critérios sociais – tais como a geração de auto-emprego e renda a um custo inferior ao da geração de empregos urbanos – e também ambientais.

Carmo (1998) defende que as características de “*diversificação/ integração de atividades vegetais e animais*” e o trabalho em menor escala acabam por representar “*o locus ideal ao desenvolvimento de uma agricultura ambientalmente sustentável*”. Porém, a autora acredita que, para que isso aconteça, é fundamental que a agricultura familiar seja alvo de uma política “*estruturada e implementada para este fim*”.

Se há uma potencialidade natural do modelo de produção agrícola familiar para a sustentabilidade, há que se aproveitá-lo. As políticas públicas desenvolvidas para tal fim necessitam estar preparadas para promover a sustentabilidade sem prejudicar a atuação mercadológica desses agricultores, e ao mesmo tempo garantir que a atuação no mercado não comprometa o viés sustentável da produção agrícola. O primeiro passo é desmistificar a relação diametralmente oposta entre economia e ambiente que predomina no imaginário social.

O modelo familiar, afirma Gehlen (2004), quando bem estruturado, com políticas adequadas, acaba por ser eficiente tanto economicamente quanto socialmente, além de sensível às questões ambientais, motivo pelo qual vem se afirmando crescentemente como sustentável.

Não há a necessidade de uma opção mutuamente exclusiva entre uma produção agrícola competitiva e economicamente viável e uma produção agrícola sustentável. Trata-se de uma questão de equilíbrio e de entendimento de que se perde-se por um lado ganha-se por outro. A articulação entre os interesses ambientais e os interesses do mercado pode aumentar os custos monetários da produção, mas certamente diminuirá os custos ambientais para a sociedade como um todo.

A defesa da agricultura familiar e de sua potencialidade sustentável não pode e não deve comprometer a sobrevivência desses produtores. É nesse sentido que uma política social bem definida e bem estruturada seria capaz de promover – mesmo que minimamente – o equilíbrio entre os três elementos que garantem a sustentabilidade: o social, o econômico e o ambiental.

2.3 Práticas Sustentáveis na agricultura

A defesa da agricultura em bases ambientalmente sustentáveis deve superar a teoria e alcançar as práticas agrícolas. No entanto, para que se advogue pela agricultura sustentável é preciso que se conheça algumas das práticas que a caracterizam como tal.

Avila (1998) apresenta quatro condições operacionais para uma sustentabilidade agrícola pautada na preservação: eliminação dos danos irreversíveis; utilização dos recursos na mesma medida ou em medida inferior ao tempo necessário à sua regeneração; emissão de resíduos na mesma proporção da capacidade natural de assimilação dos ecossistemas onde se emitem esses resíduos; e favorecimento de tecnologias que aumentem a produtividade dos recursos.

Já Caporal e Costabeber (2006) propõem um novo modelo produtivo para a agricultura, a agroecologia. Na *transição agroecológica* defendida pelos autores, há um processo gradual de mudança nas formas de manejo dos agroecossistemas, objetivando a conversão do modelo agroquímico de produção agropecuária para um modelo que incorpore princípios, métodos e tecnologias de base ecológica.

A agricultura agroecológica, esclarece Costa Neto (1999), é aquela que possui objetivos de longo prazo e que incorpora o “custo ambiental”. Nesse tipo de agricultura as técnicas empregadas correspondem ao uso de fertilização orgânica, à reciclagem de nutrientes, ao uso conservacionista do solo, à rotação de criação e cultivos, aos policultivos, ao manejo biológico e integrado de pragas e ao manejo da biodiversidade para o controle das pragas.

Carmo (1998) sistematiza como práticas da agricultura sustentável aquelas do âmbito tecnológico, do âmbito ecológico e do âmbito socio-econômico. Conforme a autora, o aspecto tecnológico da agricultura sustentável busca adaptar-se às diferentes condições regionais, aproveitando ao máximo os recursos locais, além de buscar práticas que estimulem a atividade biológica do solo. Já o aspecto ambiental privilegia

a policultura e a associação da produção animal e vegetal, enquanto o aspecto sócio-econômico visa principalmente o retorno econômico a médio e a longo prazo.

Schneider (2007) enfatiza a importância da pluriatividade como uma das formas de promover estratégias sustentáveis de diversificação dos modos de vida das famílias rurais. Além disso, afirma ainda o autor, a pluriatividade pode ampliar as condições de reprodução social e econômica dessas famílias de agricultores.

Em suma, as práticas agrícolas ditas sustentáveis incorporam a noção de que essa atividade depende dos recursos naturais e que a sua conservação e sua recuperação são essenciais para que ela possa ser praticada pelas gerações futuras. A continuidade da atividade é tão importante quanto a possibilidade de praticá-la no presente, e essa premissa norteia as práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis.

3.0 O PRONAF

“Sem o decisivo apoio das políticas públicas, essas famílias cumprirão, de forma inexorável, o destino de crescente miséria a elas reservado pela herança histórica que ainda hoje marca a vida do país.”

(Guanziroli *et al*)

Até 1994 não havia no Brasil uma linha de crédito específica para a agricultura familiar, e até mesmo o conceito de agricultura familiar não havia sido incorporado pelos próprios agricultores familiares e seus representantes. Somente após reivindicações do setor rural e de sindicalistas é que o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) foi criado como uma “ferramenta para atender às necessidades das famílias rurais e de sua sustentabilidade”. (MERA e DIDONET, 2010)

Em 1996 – através do decreto N°. 1.946 – foi criado o PRONAF, no intuito de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural formado pelos agricultores familiares, propiciando-lhes aumento da capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria da renda (BRASIL, 1996).

O Manual Operacional do PRONAF determina que o programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Figura como seu objetivo geral fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. (SCHNEIDER *ET al*, 2004)

Não havia antes desse período nenhum tipo de política governamental voltada especificamente para a agricultura familiar. O Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar (PRONAF) foi a primeira política pública **diferenciada** em favor dos agricultores familiares brasileiros. O programa apresenta-se como uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas – afirma Denardi (2001).

Para se ter acesso ao PRONAF o agricultor deve procurar o sindicato rural ou a Emater para obtenção da declaração de aptidão do PRONAF (DAP) e para que possa escolher as modalidades de financiamento, que em geral objetivam financiar o custeio da safra ou investir na propriedade. (MERA e DIDONET, 2010)

Os créditos do programa podem ser destinados para o custeio, investimento ou integralização de cotaspartes de agricultores familiares em cooperativas de produção – como aponta a Cartilha de acesso ao PRONAF do SEBRAE. Essa cartilha informa, além disso, que pescadores artesanais, extrativistas, silvicultores, aquicultores, maricultores, piscicultores, comunidades quilombolas, povos indígenas e criadores de animais silvestres também podem ter acesso ao PRONAF.

Na sua origem o programa possuía 6 modalidades de financiamento (Grupo A, B, A/C, C, D e E), que dependiam da característica do agricultor, da propriedade e da renda anual gerada para que o enquadramento em um dos grupos fosse feito (Tabela 1). (BONATO, 2008)

Tabela 1 – Classificação dos agricultores “pronafianos” por Grupo na safra 2007/2008

GRUPO	CARACTERÍSTICAS
A	Assentados da reforma agrária.
B	Agricultores familiares com renda bruta anual até R\$ 4 mil e que obtenham ao menos 30% desse valor da atividade agropecuária.
A/C	Egressos do Grupo A.
C	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil e que obtenham ao menos 60% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.
D	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 18 mil até R\$ 50 mil e que obtenham ao menos 70% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.
E	Agricultores familiares com renda bruta anual de R\$ 50 mil até 110 mil e que obtenham ao menos 80% dos seus rendimentos da atividade agropecuária.

Fonte: MDA/SAF/PRONAF (2007).

Porém, em 2008, o Banco Central publicou a resolução N°. 3.559 promovendo alterações no enquadramento do PRONAF. Os grupos “C”, “D” e “E” foram extintos e um escalonamento (Tabela 2) nos encargos financeiros foi criado, de acordo com o volume de recursos financiado – tanto para o custeio como para o investimento. (BONATO, 2008)

Tabela 2 - Escalonamento do PRONAF a partir de 28 de março de 2008.

ENQUADRAMENTO	CRITERIOS
GRUPO “A”	- assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário - reassentados em função de construção de barragens, com área de até 1 módulo fiscal e renda bruta anual de até R\$ 14.000,00.
GRUPO “B”	- área até 4 módulos fiscais. - mínimo de 30% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento. - renda bruta anual de até R\$ 4.000,00.
GRUPO “A/C”	- assentados da Reforma Agrária e beneficiários do Crédito Fundiário que já fizeram crédito pelo Grupo “A” e não financiaram através de outros grupos.
Agricultores Familiares com: (antigos Grupos “C”, “D” e “E”)	- área até 4 módulos fiscais. - mínimo de 70% da renda familiar da exploração agropecuária e atividades não-agrícolas no estabelecimento. - mão-de-obra familiar preponderante, admitido a contratação eventual de trabalho assalariado, podendo manter até 2 empregados permanentes - renda bruta anual de R\$ 4.000,00 até R\$ 110.000,00
Obs 1:	São também beneficiários e enquadram-se como agricultores familiares do Pronaf a família com renda bruta anual até R\$ 110.000,00 e com no máximo 2 empregados permanentes.
Obs 2:	Para efeito de enquadramento, será abatido da renda bruta anual: - 50% : avicultura não integrada, ovinocaprinocultura, pecuária leiteira, piscicultura, sericicultura, fruticultura e suinocultura não integrada; - 70% : turismo rural, agroindústrias familiares, olericultura e floricultura; - 90% : avicultura e suinocultura integrada ou em parceria com a agroindústria.

Fonte: Deser Conjuntura Agrícola. Boletim eletrônico. BONATO, 2008.

Ocorreu também, desde 2007, uma mudança no desenho normativo do Programa, que no início estava restrito unicamente às atividades agropecuárias. Nesse

ano, o PRONAF passou a prever um leque bem diversificado de linhas de ação: PRONAF agroindústria, PRONAF mulher, PRONAF jovem rural, PRONAF Semi-Árido, PRONAF Floresta, PRONAF Agroecologia, PRONAF pesca, PRONAF pecuária familiar, PRONAF turismo da agricultura familiar, PRONAF máquinas e equipamentos e PRONAF ECO sustentabilidade ambiental. (AQUINO e SCHNEIDER, 2010)

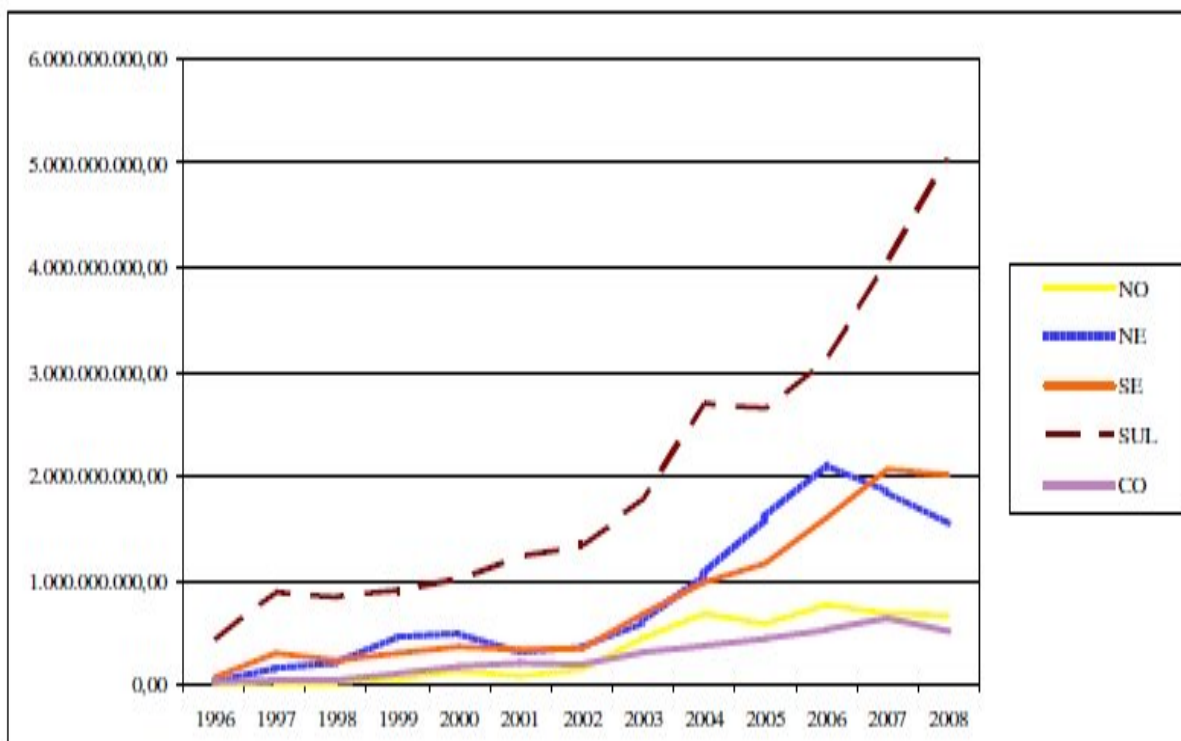
A Cartilha de acesso ao PRONAF elaborada pelo SEBRAE aponta os critérios necessários para se ter acesso ao programa. Para se obter o crédito para a agricultura familiar é necessário trabalhar na terra em condição de proprietário, posseiro, arrendatário, parceiro ou concessionário (assentado) do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA); residir na propriedade rural ou em local próximo; dispor de área inferior a quatro módulos fiscais; ter renda bruta familiar, nos últimos 12 meses, inferior a R\$110 mil e, por fim, ter no máximo dois empregados.

O modo como os critérios para obtenção do crédito do PRONAF se estruturam pode muitas vezes limitar o seu acesso a uma considerável parcela de agricultores. Em virtude disso é que muitos autores sinalizam para o fato de que o programa beneficia determinados grupos e determinadas regiões (Figura 1) sendo quase que inacessível para muitos agricultores/regiões que necessitam do programa.

De acordo com Assunção e Chein (2007), verifica-se que há uma concentração de microrregiões onde a restrição de crédito é ativa no Nordeste e no extremo norte do país, embora haja pontos espalhados de restrição de crédito acentuada em todas as macrorregiões.

De fato, o programa se transformou em um importante instrumento de financiamento público para os agricultores familiares brasileiros. Contudo – apontam Aquino e Schneider (2010) – o modelo de distribuição dos recursos do programa ainda privilegia as regiões mais ricas do país (Sul e Sudeste) e os segmentos mais capitalizados da agricultura familiar do país.

Figura 1: Distribuição regional do crédito do PRONAF de 1996 a 2008 (Valores concorrentes em R\$1,00)



Fonte: IPEA (2007^a, 2007b – Anexo Estatístico); MDA/SAF/PRONAF (2010b)

Schneider *et al* (2004) revelam em dados numéricos a vantagem de alguns grupos sobre outros em termos de acesso ao PRONAF:

(...) na safra 2002-2003, dos 247.177 contratos de investimento, 46.797 foram para o grupo A (19%); 139.786 para o grupo B (56%); 31.721 o grupo C (13%); 28.864 contratos para o grupo D (12%). Em termos da participação de cada grupo no montante dos recursos os percentuais foram, respectivamente, de 47%, 7%, 19% e 26%. Essas informações retratam as disparidades socioeconômicas da agricultura familiar brasileira, uma vez que os agricultores do Grupo B, de menor capacidade produtiva,

representam 56% dos contratos, mas detêm apenas 7% do total dos recursos da modalidade, ao passo que os do Grupo D, segmento da agricultura familiar inserido nos mercados, com apenas 12% dos contratos, foram beneficiados com 26% dos recursos. Dessa forma, chama a atenção a expressiva participação dos agricultores familiares já consolidados no montante de recursos financeiros do PRONAF (p.12).

Aquino e Schneider (2010) afirmam que o programa tem beneficiado, na maior parte, os agricultores mais capitalizados e capazes de oferecer garantias aos bancos (antigos grupos D e E), ou seja, apenas 9,4% do público potencial dessa política pública em 2006. Por outro lado, a parcela mais pobre da agricultura familiar do país (grupos A e B), representada pela esmagadora maioria dos estabelecimentos rurais (73,2%), não é capaz de acessar e/ou manter uma relação estável com o sistema bancário nacional.

Enquanto uma política pública, o programa deveria atuar na redistribuição da renda nos setores rurais. O acesso facilitado às regiões mais ricas e aos agricultores mais capitalizados não condiz com o propósito do programa de amenizar as desigualdades sociais no campo. O modo como o programa é percebido pelo governo aproxima-se mais dos seus ideais do que das realidades que o mesmo tem produzido.

Os gestores governamentais passaram a entender o PRONAF como a mola-propulsora de uma estratégia nacional de valorização da diversidade social da agricultura familiar e do meio rural. A missão fundamental do programa seria o combate das desigualdades sociais e regionais que marcaram as políticas estatais tradicionais voltadas para o estímulo da modernização tecnológica da agricultura brasileira. (AQUINO e SCHNEIDER, 2010)

Na perspectiva de Sachs (2001), o Programa encontra dificuldades práticas de implementação, mas em contrapartida sinaliza pela primeira vez a preocupação dos poderes públicos com a agricultura familiar, superando o apoio exclusivo à agricultura

patronal e ao *agrobusiness* – tidos como o único caminho viável de modernização para a agricultura brasileira.

A importância do programa para uma reestruturação do campo brasileiro é nítida – e tanto governantes quanto estudiosos do tema reconhecem isso. A grande questão gira em torno das deficiências de implementação que os responsáveis pelo programa não foram capazes de sanar. Enquanto uma política pública, o PRONAF ainda deixa muito a desejar.

A noção de Abranches (1998) de política social a define como uma ação pública que corresponde a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, sob variadas modalidades e sem obedecer à lógica de mercado, lógica essa que pressupõe trocas recíprocas.

Nesse ponto o programa tem se revelado dissonante da caracterização teórica de uma política social. Na medida em que os dados do PRONAF revelam uma tendência de favorecimento das regiões e dos agricultores mais capitalizados na concessão do crédito, há que se reconhecer que a lógica do mercado não tem sido ignorada pelo programa:

(...) o programa apresenta uma forte tendência concentradora de renda ao privilegiar as categorias de agricultores familiares mais capitalizados e as regiões mais ricas do país na aplicação do crédito rural. Assim, tudo indica que a política de crédito, ao invés de diminuir as desigualdades regionais e sociais, está levando a um acirramento destas no interior da agricultura familiar. Esta característica é especialmente preocupante, pois sinaliza a distância do PRONAF de seu objetivo estratégico básico que é reduzir a desigualdade (p. 17). (AQUINO e SCHNEIDER, 2010)

O PRONAF, entendido como uma política social, atua na transferência de renda para seus beneficiários e afeta o seu modelo produtivo, pois, segundo Soares (2000),

essas políticas possuem um efeito profundo sobre o modelo de agricultura adotado – no caso do PRONAF – pelos agricultores familiares. Essa transferência de renda promovida pelo PRONAF tem afetado o modelo produtivo dos agricultores familiares de modo avesso ao que o programa propõe enquanto uma política social.

Conforme Souza *et al* (2008), o acesso ao crédito rural pelos agricultores familiares é um importante instrumento para o desenvolvimento local e para a geração de emprego e de renda. O PRONAF atuaria nesse sentido ao financiar operações de custeio e de investimento para os agricultores familiares. Além do aumento da renda e da geração de empregos, os autores também reconhecem os efeitos positivos do programa na melhor utilização dos recursos.

Kageyama (2003) sintetiza os objetivos do PRONAF ao apresentá-lo como um programa que se destina à promoção do desenvolvimento sustentável no meio rural, a partir do aumento da capacidade produtiva, geração de empregos, elevação da renda e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

As intenções do programa apontam no caminho da garantia de uma qualidade de vida para a população rural que contemple os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Há, entretanto, barreiras que ainda precisam ser superadas para a concretização dessa política de forma plena e consonante com seus propósitos.

O PRONAF mostra que as políticas voltadas para promover o crescimento econômico baseado na distribuição de ativos estão ameaçadas permanentemente pela distância potencial entre racionalidade econômica e necessidades sociais. (ABRAMOVAY e PIKETTY, 2005)

Aquino e Schneider (2010) reconhecem que mesmo que a agricultura familiar ocupe uma posição marginal na política agrícola nacional, é visível o esforço orçamentário crescente do governo brasileiro objetivando ampliar o alcance do financiamento público em prol desta categoria social específica do campo. Prova disso é que o volume de dinheiro emprestado para custeio e investimento através do PRONAF enquanto modalidade de financiamento superou a marca dos R\$ 55 bilhões.

Os recursos liberados pelo PRONAF vêm aumentando, conjuntamente, como o custo que isso representa para o Tesouro, o que demanda uma avaliação da efetividade deste crédito no processo de geração de renda para os agricultores familiares (GUANZIROLI, 2007).

Abramovay e Piketty (2005) afirmam que para que se alcance o sucesso no esforço de promover o uso eficiente dos recursos que chegam a populações que vivem em situação de pobreza, de forma evidente, dependerá do formato das instituições que vão sendo construídas ao longo dos próprios programas com tais objetivos. (ABRAMOVAY e PIKETTY, 2005)

No ano 2000, o total de recursos disponibilizados pelo PRONAF girava em torno de 3,9 bilhões de reais, sendo 2,5 bilhões destinados a empréstimos para operações de custeio e 1,4 para investimentos, incluindo entre os itens financiáveis, desde a compra de caminhões e tratores até obras de irrigação e eletrificação rural. Já no ano de 2004, os empréstimos do PRONAF alcançaram a cifra de 6 bilhões de reais (3,7 bilhões de reais para custeio e 2,3 para investimentos), o que representou um aumento em torno de 56% dos recursos do programa. O total de contratos do programa passou de cerca de 970 mil para 1,6 milhões. (ASSUNÇÃO e CHEIN, 2007)

Uma política cujo orçamento aumenta a cada ano (Tabela 3) deve ser constantemente avaliada e melhorada a fim de garantir que o dinheiro investido renda frutos e permita a autonomização da parcela favorecida em relação ao Estado – e não a criação de dependência e de uma nova forma de assistencialismo estatal. O aumento no número de contratos realizados e no montante de crédito concedido não representa garantias de que esse crescimento quantitativo reflita nas ações qualitativas do programa. Além disso, quanto maior o volume de dinheiro investido no programa, maior a responsabilidade que este tem com uma utilização eficiente dos recursos governamentais.

Tabela 3: Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por ano fiscal, 1996 a 2008.

ANO	N. CONTRATOS	VALOR (R\$ 1,00)
1996	311.406	556.867.943,17
1997	486.462	1.407.660.438,18
1998	646.244	1.357.455.540,94
1999	802.849	1.829.731.597,98
2000	969.727	2.188.635.003,31
2001	910.466	2.153.351.258,79
2002	953.247	2.404.850.769,99
2003	1.138.112	3.806.899.245,48
2004	1.611.463	5.761.475.996,11
2005	1.671.183	6.404.190.129,32
2006	1.858.048	8.101.543.699,88
2007	1.719.160	9.295.775.217,96
2008	1.459.721	9.759.838.901,83
TOTAL	14.538.088	55.028.275.742,94

Fonte: IPEA (2007a, 2007b – Anexo Estatístico); MDA/SAF/PRONAF (2010a).

3.1 O PRONAF e a sustentabilidade

A defesa de um modelo agrícola em moldes sustentáveis compõe a dimensão estrutural do PRONAF. Lemes (2009) afirma que as metas do programa têm como regente o fortalecimento da agricultura familiar através do estabelecimento de um novo modelo agrícola, modelo esse que leve a produção sustentável e que ajuste-se a realidade dos pequenos produtores rurais.

Mesmo que a defesa da sustentabilidade figure como um dos propósitos do PRONAF, a realidade produzida por esse programa nem sempre caminha nesse sentido. Ao estimular a modernização e o alcance dos padrões de competitividade por parte dos agricultores familiares, a garantia da sustentabilidade agrícola acaba por ser subjugada ao mercado.

Ao associar o progresso técnico ao aumento da capacidade produtiva e à imagem do agricultor viável, esse programa assegura o enquadramento técnico-ideológico do agricultor familiar, afirma Carneiro (1999). A autora sinaliza também para o fato de que ao centrar a atuação do PRONAF no estímulo à competitividade, acaba por excluir muitos produtores tidos como *inviáveis economicamente*.

Trata-se de uma dificuldade em se estabelecer estratégias de atuação no âmbito rural que conciliem preocupações ambientais e viabilidade econômica. O resultado desse dilema é sofrido por muitos agricultores familiares que ao se manter em padrões ambientalmente adequados de produção perdem seu lugar no mercado, ou, contrariamente, acabam por ignorar o aspecto ambiental na busca por um lugar no sistema capitalista de produção.

Guanziroli (2007) corrobora tal perspectiva e assegura que a maior destinação de recursos do PRONAF é para os agricultores mais especializados e de rendas mais altas. O autor formula o entendimento do agricultor familiar eficiente como *“aquele que destina 70% da área para produzir no máximo dois produtos e o restante para uma agricultura diversificada”*.

Se considerarmos o princípio da produção policultora como um dos elementos que coloca a produção familiar em maior proximidade com uma produção sustentável, tal definição de “eficiência” formulada por Guanziroli cria um distanciamento entre a viabilidade econômica e a adequação às necessidades da preservação ambiental. Se o PRONAF se articula em torno de um compromisso com a produção agrícola sustentável, há de se rever o que se entende por “viabilidade econômica” e em que termos ela será promovida pelo programa.

Como aponta Sachs (2001), uma parcela significativa da agricultura familiar já é viável do ponto de vista econômico e a parcela que não é pode vir a ser, desde que consolidada por políticas de crédito, extensão rural, pesquisa tecnológica e acesso aos mercados.

O fato é que o PRONAF tem beneficiado os agricultores que já são “economicamente viáveis” e tem feito isso de modo a privilegiar os objetivos

econômicos. O resultado tem destoado do equilíbrio socio-econômico-ambiental proposto por Sachs como caminho para a sustentabilidade.

O aumento quantitativo no acesso ao crédito do PRONAF é inquestionável – confirma Denardi (2001) – porém esse feito ainda não representou um grande avanço em termos qualitativos. Isso porque, segundo o autor, o PRONAF é “*um crédito rural tradicional*”. Ele financia o “*custeio de tecnologias convencionais para produtos tradicionais*”. Se por um lado o programa tem socializado o financiamento de custeio de produtos, sistemas e pacotes tecnológicos tradicionais, por outro falta crédito para investimentos e principalmente para financiar mudanças nos sistemas de produção, para reconversão produtiva e para atividades não-agrícolas no meio rural. (DENARDI, 2001).

Desde tal constatação de Denardi o PRONAF já avançou muito, reformulou linhas de crédito, criou linhas de crédito especiais, mas ainda assim há um longo caminho a se percorrer. Ainda que tantas reformulações tenham sido feitas no programa, o acesso às linhas especiais e a um financiamento que produza uma reformulação do tipo de prática agrícola adotada ainda é muito restrito – sobretudo a parcela mais capitalizada de agricultores familiares.

Esses avanços revelam, contudo, a potencialidade do programa e a capacidade de evolução do mesmo. O PRONAF possui condições de garantir o pleno atendimento das necessidades reais do meio rural brasileiro, sobretudo dessa classe marginal no cenário nacional que são os agricultores familiares. Contudo, as limitações que vão desde a capacitação dos mediadores até a falta de acesso a informação sobre o programa, colocam-se como obstáculos para o sucesso do PRONAF nos moldes em que se propõe.

O programa apresenta várias metas e premissas a fim de promover melhorias na qualidade e na manutenção da vida no meio rural, como aponta Lemes (2009):

O PRONAF propõe-se a apoiar o desenvolvimento rural, tendo como fundamento o fortalecimento da agricultura familiar

enquanto segmento gerador de emprego e renda, de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável que vise o alcance de níveis de satisfação e bem estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas, sociais e ambientais, de forma a produzir um novo modelo agrícola nacional. Desse modo, busca garantir aos que estão no meio rural condições semelhantes àquelas que outros segmentos produtivos têm no meio urbano, redirecionando políticas e serviços públicos às reais necessidades dos agricultores familiares (p. 244 e 245).

A autora descreve os objetivos do programa de uma forma plena, no sentido do atendimento das múltiplas necessidades da população rural. O programa visa uma atuação no âmbito econômico, social e ambiental – princípios que norteiam a noção de sustentabilidade aqui adotada. E nesse sentido é que podemos empreender uma avaliação da diferença entre a intenção de se promover a sustentabilidade e a realidade das ações que resultam do programa.

As ações do programa concernentes à sustentabilidade devem ser orientadas pela promoção do desenvolvimento rural de forma sustentada e pela busca de modelos produtivos que promovam o aumento da produtividade do trabalho agrícola, conjugado à proteção do meio ambiente (BRASIL, 1996).

Por não conseguir implementar seus objetivos e consolidar suas metas totalmente, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar tem apresentado algumas questões alvos de debate. As políticas internas do referido programa possuem um desafio, que se estende aos poderes públicos governamentais, haja vista *“a presente inviabilidade dos projetos e a ineficácia e/ou mesmo a inexistência de políticas públicas que atendem a necessidade dos segmentos rurais e que vá de encontro a necessidade social e ambiental”*. (LEMES, 2009)

A premissa da sustentabilidade deve extrapolar os ideais formais e institucionais do PRONAF e permear a implementação de suas ações. É comum a ocorrência de uma diferenciação entre o “formal” e o “real” – nos termos antes indicados por Polanyi – mas o desenvolvimento de uma política deve-se direcionar para minimizar a distância

entre sua teoria e prática, a fim de garantir que haja uma maximização das melhorias objetivadas pela mesma.

Em estudo sobre a agricultura familiar a nível nacional, Kageyama (2003) constatou que o grupo de agricultores familiares beneficiários do PRONAF apresenta maior uso de tecnologias químicas e mecânicas em seus estabelecimentos, não sem efeitos negativos para o meio ambiente. O estudo ainda revelou que os itens tecnológicos básicos da “agricultura moderna” estavam presentes nos estabelecimentos agrícolas com a presença de crédito do programa (KAGEYAMA, 2003).

A utilização do crédito do PRONAF não tem sido capaz de contemplar as premissas defendidas pelo programa. A responsabilidade pela transformação das práticas agrícolas predominantes no mundo capitalista em práticas consonantes com a sustentabilidade é de todos os segmentos – governantes e sociedade civil – mas ao facilitar a disseminação de práticas agressivas ao meio ambiente, essa política pública tem descumprido o seu papel.

Em sua maioria, os recursos do PRONAF são aplicados nos insumos modernos, revelando que esse modelo de financiamento da produção “é bastante tecnificado, fazendo-se a utilização de agrotóxicos e defensivos agrícolas, fertilizantes químicos e inseticidas”. (MERA e DIDONET, 2010)

O resultado do modo como essa política pública tem se desenvolvido no país é o aumento da diferenciação entre os agricultores que conseguem se inserir nos padrões capitalistas de mercado e aqueles que, em contrapartida, não logram a “viabilidade econômica”. O desafio do PRONAF tem sido a elevação do segundo grupo à condição do primeiro sem que para isso a qualidade ambiental seja comprometida.

Toda essa noção de que o “sucesso” do PRONAF tem se dado à custa da exclusão dos agricultores menos competitivos – e talvez os que mais necessitassem do programa – surge também em Gehlen (2004), que aponta que as políticas de tipo participativas e dirigidas para segmentos específicos (como é o caso do PRONAF),

embora apontem para mudanças, têm a tendência de fortalecer os que apresentam “racionalidade “moderna” e centrada na ética do trabalho e da competitividade”.

Não se trata de propor o fim de um programa governamental que de fato auxilia um segmento importante – por razões supracitadas – para o país, e sim reavaliar a forma como esse programa tem operado e propor alternativas mais viáveis não apenas do ponto de vista econômico, mas do ponto de vista ambiental e também do ponto de vista social.

As políticas públicas com interesse social devem atuar no beneficiamento diversificado dos que possuem diferentes necessidades, para então superar as desigualdades e a vantagem de determinados grupos sociais, convertendo essas políticas em igualitárias (GEHLEN, 2004). Como bem afirma Sachs (2000), o Estado pode e deve intervir em termos de favorecer o desenvolvimento sustentável.

O que o Estado não pode e não deve fazer é favorecer a lógica capitalista de mercado sob a falsa promoção da sustentabilidade. A defesa da sustentabilidade, por um lado, e a “mercadologização” dos agricultores familiares, por outro, revela a incapacidade do PRONAF de garantir, nos termos propostos, a melhoria da qualidade de vida no campo.

4. Metodologia

“Paixão e razão não são termos necessariamente opostos de uma mesma equação, mas não raramente a manifestação de um é tão forte e dominante que anula o outro.”

(Raul Belens Jungmann Pinto)

A pesquisa, desenvolvida no município de Campos dos Goytacazes, foi do tipo empírica, envolvendo além da investigação teórica uma investigação prática – através da aplicação de questionários –, com vistas a comprovar ou rejeitar as hipóteses sugeridas pelo modelo teórico, quais sejam:

I – O PRONAF afasta os produtores rurais familiares de um modelo sustentável de produção agrícola.

II – As práticas agrícolas dos beneficiários do programa são mais nocivas ao meio ambiente do que as práticas dos não beneficiários do programa.

III – O programa não cumpre com uma de suas premissas centrais que é zelar pelo meio ambiente e pela promoção de uma agricultura sustentável.

A formulação das hipóteses deu-se a partir da revisão bibliográfica, considerando os apontamentos dos autores que já desenvolveram estudos – tanto teóricos quanto empíricos – sobre os efeitos do PRONAF nas práticas da agricultura familiar. A intenção de tais hipóteses foi situar o município de Campos dos Goytacazes

no cenário nacional e identificar como o programa afeta a agricultura familiar aqui desenvolvida.

A metodologia utilizada foi do tipo qualitativa, através de extensa pesquisa bibliográfica sobre o tema, teórica e de estudos similares, e com aplicação de questionários (ANEXO), contendo tanto perguntas abertas quanto fechadas, considerando o perfil dos agricultores e da família, a relação com a terra, com o meio ambiente e as práticas agrícolas e a relação com o PRONAF – sendo esta última somente no caso dos beneficiários do programa.

Como o objetivo do estudo era avaliar as práticas agrícolas sustentáveis e o efeito do PRONAF sobre elas no município, foram alvo do estudo tanto os agricultores familiares beneficiados pelo programa quanto os não beneficiados do mesmo. Por fim houve uma análise comparativa dos dados a fim de identificar proximidades e distâncias com o conceito operacional de sustentabilidade utilizado como estratégia metodológica para apresentação de resultados concretos.

4.1 O instrumento de coleta de dados

O questionário, com um total de sessenta e duas perguntas, foi dividido em quatro partes: **A. A família e a propriedade;** **B. Preocupação com as questões ambientais;** **C. Utilização de recursos do PRONAF;** **D. PRONAF e ambiente.** As duas primeiras partes do questionário constituíam um bloco de perguntas gerais e que foram respondidas por todos os entrevistados tanto beneficiários quanto não beneficiários. Já a terceira e quarta parte formavam o segundo bloco, com perguntas relativas ao PRONAF e portanto só foi respondido por seus beneficiários.

Na primeira parte, “A família e a propriedade”, as perguntas buscavam um maior conhecimento sobre o perfil do agricultor, sobre as características demográficas da

família e sobre o uso que é dado a propriedade, considerando também o modo como a produção se desenvolve na mesma.

Já na segunda parte, “Preocupação com as questões ambientais”, as perguntas tinham o propósito de mensurar o conhecimento do agricultor sobre a problemática ambiental. Verificava-se, também, se havia problemas ambientais na propriedade e qual o tratamento dispensado a esses problemas.

Em “Utilização dos recursos do PRONAF”, terceira parte do questionário, apenas os beneficiários do programa responderam às perguntas que versavam sobre as particularidades do PRONAF naquela determinada propriedade e para aquele determinado agricultor. Perguntas como o tipo de PRONAF e o valor do crédito concedido no último ano compunham essa etapa do questionário.

Por fim, em “PRONAF e ambiente”, a quarta e última parte do questionário, os beneficiários do programa deixavam registradas as suas impressões sobre o tratamento que é dado às questões ambientais pelos gestores do programa. Perguntou-se ainda sobre a assistência técnica e sobre a utilização ou não de práticas nocivas ao meio ambiente em função do crédito do PRONAF.

O objetivo geral do instrumento foi coletar um conjunto de informações relativas à prática agrícola e à percepção da questão ambiental na atividade agrícola por parte dos indivíduos componentes da amostra. Esses dados foram necessários para as considerações feitas neste estudo acerca da atuação do PRONAF em termos sustentáveis a nível municipal.

4.2 Delimitação do campo e do objeto de estudo

O estudo foi empreendido no município de Campos dos Goytacazes (Figura 2), que segundo dados do IBGE possui área de 4.032 Km² e população aproximada de 463.731 habitantes, distribuídos em 14 distritos (Campos de Goitacazes, Dores de

Macabu, Ibitioca, Morangaba, Morro do Coco, Mussurepe, Santa Maria, Santo Amaro de Campos, Santo Eduardo, São Sebastião de Campos, Serrinha, Tocos, Travessão e Vila Nova de Campos). O foco do estudo foi a área rural do município, mais especificamente os estabelecimentos familiares.

Figura 2: Mapa do município de Campos dos Goytacazes e seus distritos.



O estudo que aqui se apresenta possui como componente de seu objeto uma política pública e a sua associação com as práticas sustentáveis na agricultura. A

necessidade de um estudo de tal gênero, mesmo diante da problemática conceitual que envolve a “sustentabilidade”, é apontada por Guanzioli (2007), que indica a necessidade de uma constante avaliação do PRONAF – que enquanto política pública envolve altos custos e subsídios – para que a sua existência seja justificada.

Para Abranches (1998), é o compromisso político que a ação do Estado imprime que determinará se a política social será apenas reflexo e legitimação do *status quo* ou se ela atuará como instrumento de efetiva mudança social. A distinção entre os propósitos de uma política social e a sua efetividade requer constantes verificações, a fim de garantir que essa efetividade seja a mais próxima possível dos ideais almejados.

Verificar os efeitos – positivos e/ou negativos – de uma política social sobre a sustentabilidade na agricultura condiz com as preocupações recentes sobre as potencialidades das gerações futuras de garantir a sua sobrevivência. De acordo com Avila (1998), o modelo de extração de recursos em que se apoiou a agricultura nos últimos séculos está chegando ao seu limite.

A utilização de formas alternativas de agricultura tem sido uma constante entre os estudos que envolvem as práticas agrícolas. Entre defensores e opositores, a agricultura sustentável figura como alternativa para a durabilidade de uma das atividades que sustentam a humanidade. Ignorar as premissas da sustentabilidade é comprometer a realização da atividade agrícola no futuro.

É justamente a verificação da adequação entre teoria e prática do PRONAF é que se intencionou nessa pesquisa. Entre a defesa e a reconhecida necessidade de se adotar práticas sustentáveis nas atividades agrícolas, a colocação do PRONAF em meio a esse dilema é que se constitui como objeto de interesse desse estudo.

4.3 A coleta de dados

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, o município de Campos dos Goytacazes possui 6.285 estabelecimentos rurais de caráter familiar, ocupando uma

área de 44.896 ha. Mesmo com o tamanho considerável da população alvo, o escritório regional da Emater afirmou que é muito pequeno o número de adeptos do PRONAF, sendo eles em grande parte assentados que tem acesso às informações do programa através de representantes do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária).

Considerando as dificuldades de se localizar, nas áreas rurais, quais agricultores se enquadrariam na categoria de “agricultores familiares”, a seleção dos indivíduos componentes da amostra deu-se utilizando uma amostragem de conveniência – buscaram-se agricultores que confirmadamente preenchiam os requisitos para integrar a amostra – e de bola de neve – selecionando novos indivíduos para a amostra a partir da indicação de outros indivíduos já selecionados.

Dessa forma, a aplicação dos questionários se restringiu a 50 agricultores, todos eles assentados do PNRA (Programa Nacional da Reforma Agrária) devido a dificuldade em se localizar os agricultores familiares. Metade da amostra foi composta por agricultores beneficiados do PRONAF e a outra metade composta por agricultores não beneficiados do programa.

4.4 O tratamento dos dados

O conteúdo dos questionários foi voltado para variáveis capazes de mensurar a existência ou não de um padrão sustentável nas práticas agrícolas da propriedade estudada. Tais variáveis seriam: uso de adubo e tipo, uso de defensivos, presença de mecanização, ocorrência de erosão, recuperação de áreas etc. Os questionários também contaram com algumas perguntas abertas sobre o entendimento do produtor das práticas que ele julga condizentes e não condizentes com o padrão sustentável.

Após a coleta, os dados provenientes dos questionários foram analisados na tentativa de se estabelecer padrões e regularidades que equacionassem as questões

propostas pelo estudo. A análise foi desenvolvida considerando as distâncias e proximidades entre o grupo dos beneficiários e não beneficiários, bem como as similaridades com as premissas encontradas na bibliografia sobre o tema.

O processo de análise dos dados deu-se com base na comparação entre os dois grupos componentes da amostra – beneficiários e não beneficiários do programa. Foram consideradas as variáveis que destoavam entre os dois grupos a partir do fator PRONAF e buscou-se também observar, nos dois grupos, a ocorrência ou não de práticas agrícolas consideradas nocivas ao meio ambiente e se estas possuíam alguma correlação com o programa.

A estratégia de desenvolvimento dessa análise comparativa teve base no aspecto central levantado pelas hipóteses: O PRONAF contribui em maior proporção para a disseminação de práticas ambientalmente nocivas do que para práticas ambientalmente sustentáveis.

Com base nesse aspecto central das hipóteses utilizou-se o conceito operacional de sustentabilidade aqui desenvolvido a fim de elucidar os questionamentos levantados pelas hipóteses. Como o conceito operacional dividia as práticas agrícolas em apenas duas esferas, a ambiental e a econômica, as variáveis obtidas na coleta de dados foram distribuídas entre consonância com o meio ambiente ou consonância com o mercado.

Essa alocação dos dados obtidos em dois pólos opostos foi realizada em toda a amostra, mas considerando a divisão da amostra em dois grupos influenciados pelo fator “presença do crédito do PRONAF” ou “ausência do crédito do PRONAF” para fins comparativos. As considerações finais alcançadas após a análise comparativa também foram elaboradas a partir das proximidades e divergências entre os dois grupos, com os ideais do meio ambiente e com os ideais do mercado e por fim com a aproximação ou afastamento – de um modo geral – do padrão de sustentabilidade.

Outro fator que foi considerado na formulação da análise comparativa e na elaboração das considerações finais foi o modo como as práticas agrícolas – tanto nocivas quanto benéficas ao meio ambiente – apareceram nas percepções dos

agricultores familiares entrevistados. Em alguns casos houve antagonismos entre falas e práticas, mas em outros houve pareamento entre o conteúdo dos enunciados dos agricultores e as práticas adotadas por eles.

Para a construção das considerações apresentadas ao final do trabalho os dados obtidos foram confrontados com a bibliografia de referência dos propósitos do programa para que o questionamento central do trabalho, sobre a influência ou não do PRONAF na sustentabilidade agrícola, fosse elucidado.

5. Análise dos dados: configuração da sustentabilidade agrícola no município de Campos dos Goytacazes

“Nada há de incomum na atual incerteza acerca dos rumos da razão diária de respeito da humanidade. Não é a primeira vez que recursos oficiais de respeito desmoronam, levando as pessoas a buscar refúgio em velhas crenças e novas ideologias”.

(Theodore Zeldin)

Para que fosse compreendida, reconhecendo as limitações da opção amostral, a influência da variável PRONAF nas práticas dos agricultores familiares do município foi preciso articular uma metodologia de coleta e análise de dados que fosse capaz de captar a intervenção do programa em uma determinada prática agrícola – sustentável ou não. Para tal a coleta e a análise dos dados foi dividida em beneficiários e não beneficiários do programa, permitindo assim uma comparação entre os dados obtidos em ambas as partes da amostra.

A aplicação dos questionários foi empreendida em duas amostras de mesmo tamanho (25 indivíduos em cada, totalizando 50 questionários aplicados) que foram compostas por beneficiários e por não beneficiários do PRONAF. Os questionários foram aplicados nas localidades de Caxeta, Câmpelo, Morangaba e Jacarandá do município de Campos, contemplando agricultores familiares assentados da reforma agrária.

A configuração amostral acabou por reduzir a análise proposta a uma análise do PRONAF A (linha de crédito destinada aos agricultores familiares assentados da reforma agrária). Tal configuração revelou-se incapaz de representar a totalidade dos

beneficiários do PRONAF no município de Campos, porém revelou-se capaz de sinalizar falhas e acertos do programa no município.

A apresentação dos dados obtidos na coleta está dividida em três momentos. Primeiro apontam-se as características percebidas entre os agricultores familiares não beneficiários do PRONAF, para depois realizar-se a caracterização dos agricultores familiares beneficiários do PRONAF. A terceira e última etapa apresenta correlações, comparações e divergências entre as características observadas nos dois grupos componentes da amostra pesquisada.

5.1 Não beneficiários do PRONAF

A composição da amostra de não beneficiários do programa PRONAF que responderam ao questionário foi relativamente uniforme. A maior parte dos entrevistados era do sexo feminino e a faixa etária variava dos 30 aos 69 anos. Quanto ao nível de escolaridade dos entrevistados, predominou o Ensino Fundamental I incompleto, sendo que apenas 3 deles se diferenciavam, sendo um deles analfabeto, um possuía Ensino Fundamental II incompleto e apenas um possuía Ensino Médio completo.

A configuração da amostra já sinaliza algumas variáveis que podem afetar o acesso ao programa: gênero e nível de escolaridade. Na medida em que, a amostra dos não beneficiários apresenta uma predominância de indivíduos do sexo feminino e com baixa escolaridade, podemos acreditar que tais fatores apresentam-se como limitantes para a aquisição do crédito do PRONAF.

Todos os entrevistados residiam na propriedade em que desenvolviam a atividade agrícola e – como anteriormente exposto – se caracterizavam por concessionários do PNRA (Assentados). Dentre as principais atividades desenvolvidas na terra estão: milho, cana, feijão, aipim, laranja, limão, batata, abóbora, graviola, coco, banana,

criação de bovinos, criação de galinha, criação de cavalo, criação de porco, criação de pato, criação de cabrito, criação de ganso.

Cada agricultor possui mais de 6 culturas e ainda criação de animais, sendo que apenas 2 dos entrevistados se dedicavam a apenas duas culturas: cana e aipim ou cana e milho. As atividades mais recorrentes foram plantação de aipim, milho, cana e criação de galinha. A predominância da cana como uma das culturas mais comuns entre os agricultores deve-se ao destaque que possui tal atividade na economia do município – historicamente conhecido pela produção de açúcar da cana.

Dentre os entrevistados, 4 deles são vinculados a cooperativa do “Assentamento Zumbi dos palmares”, porém a maior parte deles integra a associação do próprio assentamento enquanto 8 deles são vinculados ao sindicato rural do município. Apenas um dos produtores não está vinculado a nenhum tipo de cooperativa, associação ou sindicato.

A renda familiar dos não beneficiários do programa é primordialmente originária da atividade agrícola. Um dos entrevistados, porém, exerce outra atividade profissional além da exploração da terra, sendo ele pedreiro. Cerca de metade dos entrevistados possui renda proveniente de atividade não agrícola, predominando como tal fonte o benefício do programa bolsa família.

O fato de a atividade agrícola ser a principal fonte de renda desses indivíduos reflete na dedicação dos membros da família a tal atividade, pois verificou-se que os familiares dos entrevistados também ocupam-se da agricultura como atividade econômica desempenhada, sendo que apenas um dos entrevistados revelou que a esposa e as filhas exercem outra atividade remunerada e não participam da produção agrícola da propriedade.

Os critérios impostos pelo governo federal para aquisição do crédito do PRONAF – como, por exemplo, a residência na propriedade e a composição da maior parte da mão de obra de origem familiar – manifesta-se nos indivíduos da amostra de não beneficiários, o que revela que a não adesão por parte desses ao programa não se deve a inaptidão dos mesmos, mas a outros fatores.

Dos 25 entrevistados, 24 afirmaram preocupar-se com a proteção do meio ambiente ao decidir o que fazer na propriedade. O entrevistado que afirmou não preocupar-se com o meio ambiente alegou que não há como se preocupar com o meio ambiente sendo que a terra só é favorável para a produção de cana – reconhecendo no modelo produtivo adotado para o cultivo da cana uma atividade nociva ao meio ambiente.

Os indivíduos favoráveis a proteção ambiental alegaram algumas razões pelas quais mantém a preocupação com o meio ambiente:

“a falta da chuva é por causa do desmatamento”

“por causa da poluição”

“É importante preservar a beira da lagoa, a matinha, porque senão fica sem água”.

Muitos deles alegaram também que já há uma área de proteção ambiental nos assentamentos e que eles a respeitam.

Quanto ao tratamento dado aos recursos naturais na propriedade, a maioria o qualifica como bom ou satisfatório. Apenas dois dos entrevistados identificaram a ocorrência de problemas ambientais na propriedade, sendo ele a erosão. Os demais relataram que não enfrentam problemas ambientais na propriedade.

Menos da metade admitiu realizar atividade reconhecidamente nociva ao meio ambiente como a queimada do lixo e a queimada da cana. Todos os entrevistados afirmaram realizar práticas favoráveis ao meio ambiente, dentre elas predominou o plantio de árvores frutíferas e a não utilização de agrotóxicos.

Quase todos afirmaram que desejam fazer melhorias na utilização da propriedade, mas não o fazem por falta de recursos. A ação que quase todos estariam dispostos a fazer para melhorar a proteção ambiental da propriedade é o plantio de

árvores frutíferas e nativas, como revelam as falas dos agricultores componentes da amostra:

“Se eu vejo um pezinho de árvore eu protejo”

“Onde tem árvore eu não planto”

“Gostaria de reflorestar a baixada”

“Falta recurso para plantar árvores frutíferas”.

Trata-se de um fator interessante a associação feita pela maioria dos agricultores entre preservação ambiental e árvores. É muito comum no imaginário brasileiro fazer tal correlação, entretanto a difusão de uma percepção mais realista sobre do que, de fato, se trata o meio ambiente faz-se necessária.

No caso da amostra de agricultores não beneficiários do PRONAF praticamente todos alegaram preocupar-se com as questões ambientais, porém essa preocupação manifestou-se limitada e distorcida na medida em que a percepção de meio ambiente restringiu-se, para muitos deles, a vegetação.

A maioria não soube afirmar o que falta para que haja uma maior preocupação com o meio ambiente na propriedade, mas dois dos entrevistados reconheceram que falta orientação e três responderam que faltam recursos.

5.2 Beneficiários do PRONAF

Os entrevistados possuíam entre 43 e 73 anos, sendo a maioria do sexo masculino. O nível de escolaridade dos mesmos era bem variado, sendo um deles analfabeto, alguns com Ensino Fundamental I incompleto, alguns com o Ensino

Fundamental I completo, alguns possuíam Ensino Fundamental II incompleto e a maioria possuía Ensino Médio completo.

Todos os entrevistados residiam na propriedade e se caracterizavam por concessionários do PNRA (Assentados). Dentre as principais atividades desenvolvidas na terra estão: milho, cana, feijão, aipim, laranja, limão, abóbora, coco, banana, manga, goiaba, caju, abacaxi, abacate, criação de bovinos, criação de galinha, criação de porco, criação de pato, criação de carneiro, criação de ganso, criação de coelho.

Cada agricultor possui não menos que 4 culturas e mais criação de animais. As atividades mais recorrentes foram plantação de laranja, coco, limão, cana e criação de galinha e de bovinos. A cana aparece, assim como entre os não beneficiários do PRONAF, como uma das culturas de destaque – fato que corrobora o destaque dado a essa cultura no município.

Nenhum dos entrevistados afirmou ser vinculado a alguma cooperativa, a maioria dos indivíduos faz parte da associação do próprio assentamento e apenas quatro dos entrevistados são vinculados ao sindicato rural do município.

Uma pequena parcela dos entrevistados admitiu exercer outra atividade profissional além da exploração da própria terra, atuando sazonalmente no corte da cana. Cerca de metade deles possui renda proveniente de atividade não agrícola, sendo uma pequena parcela proveniente do programa bolsa família, outra do trabalho sazonal no corte da cana e um dos entrevistados com renda proveniente de aposentadoria pelo INSS.

Quanto a atividade econômica desempenhada pelos membros da família, a maioria afirmou que todos os familiares também se dedicam a atividade rural, sendo que uma pequena parcela – quatro – dos entrevistados revelou que a esposa exerce atividade remunerada.

Trata-se de uma configuração pouco esperada a maior ocorrência de exercício de outras atividades remuneradas tanto pelos entrevistados quanto pelos membros da família entre os beneficiários do PRONAF. Pressupõe-se que o acesso ao crédito do programa daria mais subsídios para uma dedicação exclusiva a atividade agrícola.

Quase todos os entrevistados afirmaram preocupar-se com a proteção do meio ambiente ao decidir o que fazer na propriedade. Porém, um dos entrevistados afirmou que não sabe o que é meio ambiente. As falas dos agricultores em relação à proteção ambiental revelam um conhecimento dessa problemática mais amplo do que o entendimento dos não beneficiários do programa. Tal fato talvez possa ser relacionado ao fator nível de escolaridade, que se apresenta como mais elevado entre os indivíduos beneficiários do programa. Eis as percepções ambientais dos entrevistados sobre a preservação ambiental:

“Agrotóxico é veneno e faz mal. Eu não compro mais ovos, nem queijo, nem leite.

Produzo tudo, a alimentação é mais saudável”.

“Por causa da fiscalização que é ruim todo mundo queima cana e ninguém vê”.

“O lixo orgânico tem que ser aproveitado”.

“Tem muitas doenças por aí por causa do uso de agrotóxicos”.

Quanto ao tratamento dado aos recursos naturais na propriedade, a maioria o qualifica como bom. Nenhum dos entrevistados identificou a ocorrência de problemas ambientais na propriedade e cinco deles admitiram realizar atividade reconhecidamente nociva ao meio ambiente como a queimada da cana, enquanto sete deles fazem utilização de maquinário e nove utilização de agrotóxico.

Quatorze dos entrevistados afirmaram realizar práticas favoráveis ao meio ambiente, dentre elas predominou a utilização de material orgânico para adubar o solo. A maioria afirmou que deseja fazer melhorias na utilização da propriedade, mas não o faz por falta de recursos. A ação que quase todos estariam dispostos a fazer para melhorar a proteção ambiental da propriedade é o plantio de árvores frutíferas e nativas; alguns afirmaram que não há nada que possam fazer.

A maioria não soube afirmar o que falta para que haja uma maior preocupação com o meio ambiente, mas uma pequena parcela dos entrevistados reconheceu que falta orientação e formação aos agricultores:

“É falta de educação não pensar no amanhã”.

Mais da metade dos entrevistados não sabia informar de qual grupo do PRONAF fora seu benefício. O valor de crédito concedido no último ano para a maioria foi de R\$3.000,00. Apenas dois agricultores receberam valor superior, oscilando entre R\$8.500,00 e R\$9.400,00.

Nenhum dos entrevistados afirmou possuir – nem eles nem membros da família – alguma das linhas especiais do PRONAF. Na realidade todos os entrevistados nunca tinham nem ouvido falar dessas linhas especiais do programa. Tal fato revela o desconhecimento que os próprios beneficiários possuem em relação ao programa.

Mais da metade deles afirmou que não houve mudança na principal atividade desenvolvida na propriedade. Apenas 1 dos entrevistados revelou ter utilizado os recursos do PRONAF para contratação de funcionários – de forma sazonal para auxiliar no corte da cana – além dos membros da família.

A maioria afirmou que a renda aumentou um pouco a partir da participação no PRONAF, apenas dois agricultores afirmaram que a renda aumentou muito e outros dois dos entrevistados também afirmaram que a renda diminuiu. A amostra não apontou para uma transformação significativa na renda dos agricultores a partir da aquisição do crédito do programa.

Schneider (2007) afirma que, por mais que as políticas públicas tenham se empenhado em oferecer formas de acesso ao crédito para custeio de lavouras e criações, ou mesmo criado programas de seguro e garantias, o fato é que milhares de

pequenos agricultores estão em situação de elevada vulnerabilidade social, econômica e ambiental no Brasil.

É possível, portanto, perceber que mesmo entre os seus beneficiários o PRONAF não tem conseguido solucionar os principais problemas contra os quais luta. As desigualdades sociais e econômicas e a degradação ambiental ainda não foram amplamente amenizadas como intenciona o programa.

Apenas um dos entrevistados revelou estar em dívida com os pagamentos do programa e os demais já quitaram ou estão em dia com o pagamento das parcelas, porém uma das entrevistadas afirmou que pegou empréstimo a juros altos no banco Santander para quitar a dívida. Em função de uma enchente a agricultora perdeu toda a plantação de aipim e por não conseguir arcar com os pagamentos do empréstimo optou pelo empréstimo bancário, desconhecendo a diferença entre as taxas de juros do programa e do banco.

Uma das principais vantagens do programa, destacada pela Cartilha de acesso ao PRONAF do SEBRAE, é que ele oferece as mais baixas taxas de juros de financiamentos rurais, variando entre 0,5% e 5,5% ao ano. Essa taxa de juros é bastante inferior em comparação às taxas de juros cobradas pelos bancos para concessão de crédito.

Além disso, como apontam Schneider *et al* (2004), desde o ano 2000, a partir da resolução 2.766, o Banco central, além de oferecer taxas de juros mais favoráveis aos agricultores, tem dilatado os prazos e carências, conjuntamente com a elevação dos valores dos descontos sobre os valores referentes aos juros. Em contraposição, o banco Santander oferece empréstimos a taxas de juros que giram em torno de 124, 97% ao ano⁴.

Seria muito mais racional para a agricultora buscar formas de negociação da dívida com os responsáveis pelo PRONAF, no entanto, como alegou a própria agricultora, foi a falta de informação que colocou-a nessa situação. A diferença de

⁴ O valor da taxa de juros para empréstimos da instituição financeira “Banco Santander” está disponível em www.santander.com.br com acesso em 04/11/2011.

cerca de 120% entre as taxas de juros do banco e do programa levariam qualquer um, em posse dessa informação, a optar pelo pagamento do juros do programa e não de outra forma de financiamento.

A nota média atribuída pelos entrevistados ao programa, numa escala de 0 a 10, é 08, porém a maioria afirmou que o PRONAF não contribui para o incentivo de práticas agrícolas ambientalmente corretas. Apenas um dos entrevistados respondeu positivamente a esse questionamento.

Mais da metade afirmou ter recebido visita de técnicos para auxiliar na criação e manutenção das roças, mas a maioria não soube identificar de qual instituição esses técnicos provêm. Os poucos que sabiam afirmaram se tratar de técnicos do INCRA e da EMATER.

Dentre aqueles que afirmaram receber visitas de técnicos, todos afirmaram considerar adequadas as orientações destes. Entretanto, quase todos afirmaram que a frequência das visitas dos técnicos não é suficiente. Dentre os entrevistados, 12 deles afirmaram perceber nos técnicos preocupação com as questões ambientais, os demais não souberam afirmar se essa preocupação está presente ou não nas orientações fornecidas pelos técnicos.

Doze também foi o número de entrevistados que afirmou não ter recebido nenhum tipo de orientação sobre a melhor forma de utilização dos recursos do programa. Dentre os que afirmaram ter recebido orientação sobre o melhor uso dos recursos em sua maioria não sabiam dizer quais foram as recomendações e nem quem as deu. Mesmo que a parcela da amostra composta pelos beneficiários do programa apresente o maior nível de escolaridade, percebe-se entre eles muita desinformação sobre elementos importantes de um programa do qual fazem parte e que para tal adesão assinaram um contrato.

As atividades que se destacaram dentre aquelas financiadas com o dinheiro do PRONAF foram plantio de cana e aipim e construção e manutenção de cercas. Quase todos os entrevistados afirmaram ter seguido o projeto de aplicação de recursos e os que admitiram não ter seguido a proposta inicial, utilizaram o recurso também para o

plantio da cana – mais uma vez apontando para a relevância da produção da cana no mercado municipal como uma das atividades mais economicamente viáveis.

Mais da metade afirmou não ter adquirido maquinário ou qualquer outro tipo de insumo com os recursos do PRONAF. A outra parcela – 11 dos entrevistados – afirmou que utilizou os recursos para tal fim. Os insumos predominantes foram a “picadeira de ração” e agrotóxicos.

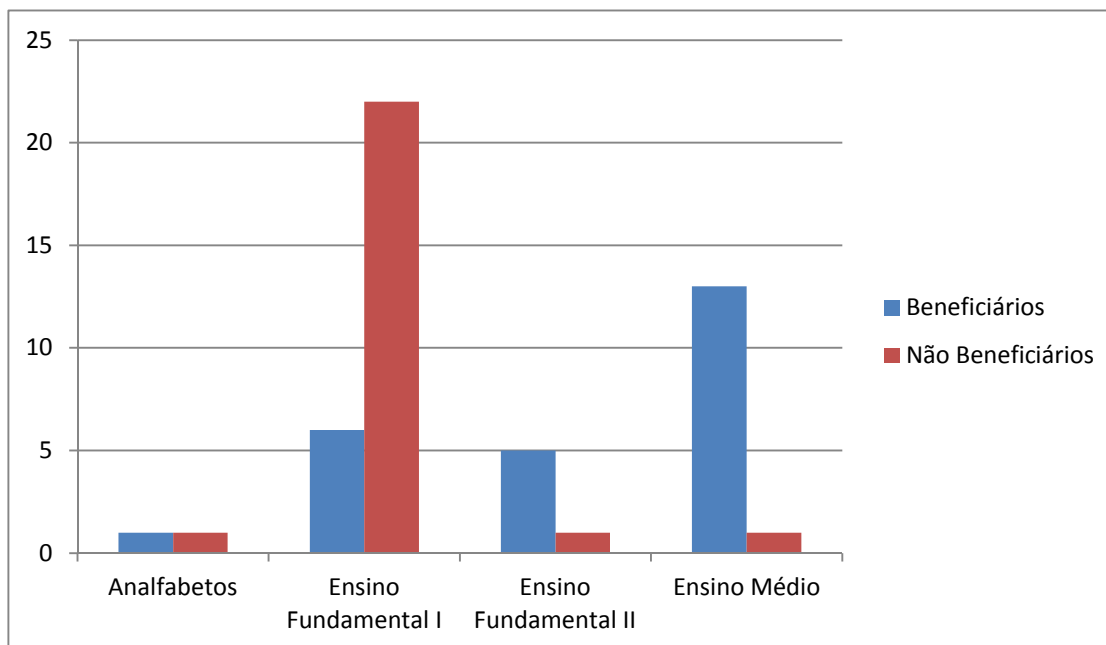
5.3. Proximidades e divergências entre beneficiários e não beneficiários do PRONAF

Uma análise comparativa entre as práticas agrícolas e as percepções ambientais dos agricultores familiares beneficiários e não beneficiários do PRONAF revelou uma série de divergências entre ambos os grupos, contudo revelou também algumas proximidades. A caracterização de cada grupo de forma individualizada permitiu, nesta etapa, observar os aspectos mais significativos de cada grupo que se relacionam com a temática dessa pesquisa e possibilitam equacionar – em alguma medida – os questionamentos levantados.

Um indicador que se destacou bastante em relação a outros por apresentar-se de forma discrepante entre as duas partes componentes da amostra foi o nível de escolaridade dos entrevistados. Como sinaliza o gráfico abaixo (Figura 3), os indivíduos beneficiários do programa apresentam nível de escolaridade maior em relação aos não beneficiários.

A predominância do maior nível de escolaridade entre os beneficiários pode indicar que o fator “educação” influenciou positivamente no acesso ao crédito do programa. A falta de informação e instrução dificultou, por outro lado, que o grupo com menor nível de escolaridade obtivesse acesso ao PRONAF.

Figura 3: Nível de escolaridade dos agricultores familiares entrevistados.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados. SARAMAGO, L B. (2012)

Como supracitado, os critérios impostos pelo governo federal para aquisição do crédito do PRONAF – como, por exemplo, a residência na propriedade e a composição da maior parte da mão de obra de origem familiar – manifesta-se nos indivíduos da amostra de não beneficiários, o que revela que a não adesão por parte desses ao programa não se deve a inaptidão dos mesmos, mas a outros fatores como o nível de escolaridade por exemplo.

Quanto à consciência dos agricultores familiares em relação às questões ambientais há uma maior homogeneidade entre os indivíduos das duas partes da amostra. Por mais que os beneficiários do programa tenham um entendimento mais amplo do significado do meio ambiente e das problemáticas que envolvem a esfera ambiental, ainda assim há uma percepção partilhada entre ambos.

Figura no imaginário de quase todos os indivíduos da amostra a correlação entre áreas florestais e meio ambiente. Os agricultores percebem como uma ação favorável

ao meio ambiente o plantio e a preservação de árvores frutíferas e nativas. Essa limitação em relação à compreensão da temática ambiental também pode estar relacionada ao fator “nível educacional”, considerando que ela é mais recorrente entre os não beneficiários – que possuem menor nível de escolaridade.

Em termos de agressão ambiental, a prática realizada tanto por beneficiários quanto por não beneficiários foi a queimada da cana. Todavia, a ocorrência de tal prática foi maior entre os beneficiários do PRONAF, que apresentaram a referida prática em cinco estabelecimentos rurais, contra dois estabelecimentos rurais dos não beneficiários do programa.

A falta de recursos é um fator que foi apontado tanto por beneficiários quanto por não beneficiários do programa como uma limitação para a realização de melhorias na propriedade. A grande maioria dos entrevistados alega que possui projetos para melhorar as condições da propriedade e da produção, mas que os recursos escassos são um impedimento para a realização a esses planos.

O fator falta de recursos também foi a resposta mais freqüente – entre os não beneficiários – ao questionamento sobre o que falta para que haja, na propriedade, uma maior preocupação ambiental. O grupo de beneficiários apresentou resposta diferenciada a esse questionamento. Dezenove deles não souberam afirmar o que falta para que haja maior preocupação ambiental na propriedade, mas o restante apontou a falta de instrução como o fator limitante a essa questão.

Esse padrão de respostas divergentes encontrados entre os beneficiários e não beneficiários revela os diferentes anseios desses produtores em relação a preocupação com o meio ambiente e também as deficiências no acesso às informações e ao conhecimento em ambos os grupos. Para os beneficiários falta orientação – e isso talvez esteja relacionado com a percepção de tal grupo em relação a insuficiência da assistência técnica – e para os não beneficiários falta recurso.

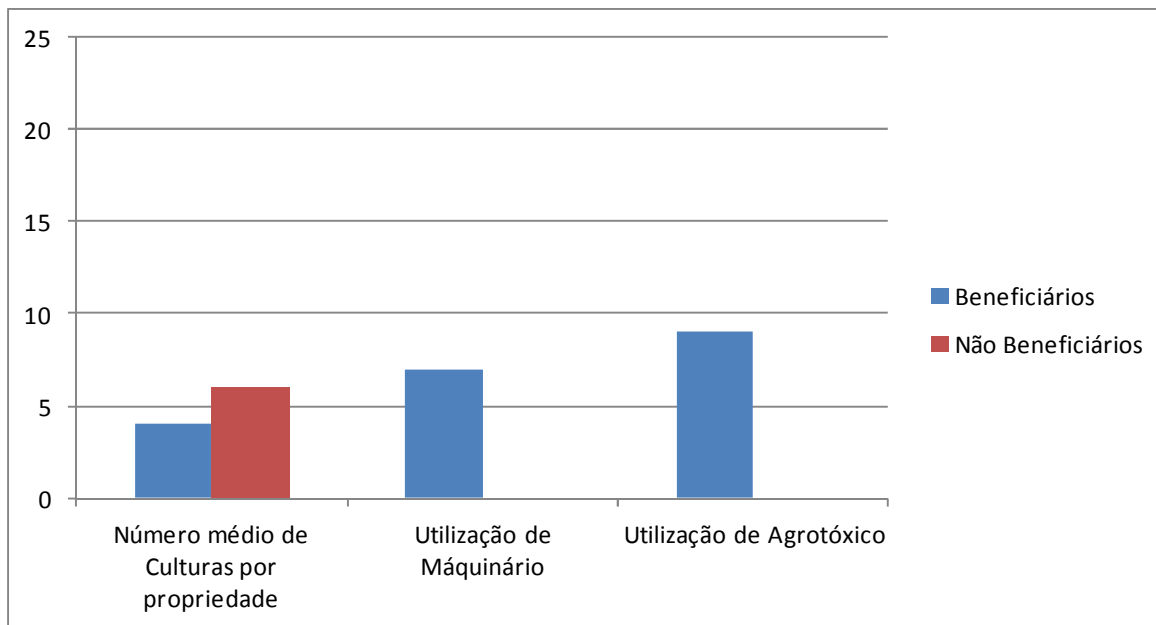
Entre os não beneficiários, muitos nunca sequer tinham ouvido falar do PRONAF, mas a questão dos recursos emanou naturalmente como uma dificuldade para eles. Tal fato revela a importância que o acesso ao programa teria para essa parcela de

agricultores que deseja promover uma série de melhorias em suas propriedades, mas não possui os recursos adequados para isso.

Concernente às práticas agrícolas consideradas nocivas ao meio ambiente, há um comportamento destoante em relação às duas partes da amostra. A própria relação dos indivíduos da amostra com a terra (Figura 4) revela a discrepância existente entre as práticas agrícolas dos dois grupos.

O caráter policultor dos agricultores familiares manifestou-se na amostra de beneficiários do PRONAF, porém em proporção menor do que na amostra dos não beneficiários do programa, visto que entre os primeiros o número médio de cultivos é menor do que no segundo grupo. Enquanto entre os beneficiários há uma média de quatro culturas mais criação de animais em cada propriedade, entre os não beneficiários há uma média de seis culturas e mais criação de animais por propriedade.

Figura 4: Relação dos agricultores familiares entrevistados com a terra.



Fonte: Gráfico elaborado pela autora a partir dos dados coletados. SARAMAGO, L B. (2012)

Se a tendência para a especialização torna o agricultor mais “viável economicamente”, os beneficiários já começam a trilhar esse caminho. A policultura – enquanto prática considerada mais harmoniosa com a proteção ambiental – aparece em maior proporção entre os não beneficiários na medida em que o sustento dos mesmos e da família depende disso. Não há, entretanto, como afirmar que se trata de uma opção de cada grupo o cultivo de mais ou de menos culturas. O que se percebe é que a condição em que cada grupo se coloca os conduziu para a tendência policultora, por um lado ou para a tendência monocultura, por outro.

A utilização de maquinário não é um elemento predominante na agricultura familiar do município, ao contrário, é inexistente entre os não beneficiários e pouco freqüente entre os beneficiários. Muitos agricultores porém, dos dois grupos da amostra, afirmaram que aguardam auxílio da prefeitura do município para que possam utilizar um trator. Segundo eles a prefeitura presta esse serviço na área rural, porém prioriza os grandes produtores e a maior parte deles ainda não teve acesso a esse serviço.

Esse desejo, manifesto em ambos os grupos, de utilização de maquinário, reforça o argumento de que os padrões da agricultura patronal ainda são percebidos como única forma de alcançar a viabilidade econômica e incrementar a renda da família. Como já enunciado, a intenção aqui não é enaltecer o grupo de agricultores familiares que – por suas características enquanto integrantes desse grupo de agricultores – são mais adequados a sustentabilidade em seus modelos produtivos.

Na medida em que essa adequação ocorre à custa do aumento da renda familiar, é fato que se tivessem a oportunidade os não beneficiários do PRONAF aceitariam mudar suas práticas e convertê-las em práticas similares as da agricultura patronal – mesmo que em detrimento da sustentabilidade.

Os agricultores familiares beneficiários do PRONAF que afirmaram fazer utilização de maquinário afirmaram ter utilizado parte dos recursos do programa para aquisição de “picadeira de ração”. Como esses agricultores são minoria – 7 entre 25 –

percebe-se, mais uma vez, que a mecanização não alcançou as práticas produtivas familiares do município – e isso se aplica aos dois grupos.

A utilização de agrotóxico figurou como a prática mais nociva ao meio ambiente e só foi identificada na parcela da amostra composta por beneficiários do programa. Entre os 25 entrevistados, 9 afirmaram fazer uso de algum tipo de agrotóxico nos cultivos. Nenhum dos agricultores não beneficiários da amostra afirmou adotar tal prática.

Contraditoriamente, todos eles – tanto os que afirmaram utilizar quanto os que afirmaram não utilizar agrotóxicos – apresentaram o conhecimento de que tal prática é nociva ao meio ambiente. Um dos agricultores beneficiários do programa relatou que quando os técnicos fazem visitas à propriedade perguntam se o uso de agrotóxicos foi feito e que isso se caracteriza como violação das regras do programa, entretanto o agricultor acrescentou que mesmo aqueles que o fazem dizem aos técnicos que não utilizam o agrotóxico.

Essa parcela da amostra – que faz uso de agrotóxicos – destoia da correlação natural que muitas vezes é feita entre agricultura familiar é produção orgânica. E considerando que os agricultores afirmaram ter comprado o agrotóxico com o recurso do PRONAF, podemos identificar a contribuição negativa do programa nesse sentido.

As contradições entre as práticas e as propostas do PRONAF revelam-se, na parcela analisada dos agricultores do município, de forma bem evidente. Na medida em que os recursos do programa têm sido destinados a compra de um insumo que o mesmo condena, nota-se que a defesa da sustentabilidade como elemento central na produção agrícola incentivada pelo programa não tem sido capaz de alcançar a realidade. Enquanto na sua proposta de atuação o programa valoriza e defende uma agricultura sustentável, na prática essa premissa não consegue alcançar a base do programa, que são os seus beneficiários.

6. Considerações Finais

“A crescente escassez de recursos, a degradação da água e do ar e as mudanças climáticas que testemunhamos não tem precedentes na experiência humana e refletem uma visão biológica/ecológica em vez de uma visão cultural do mundo. A mudança de um entendimento cultural (enraizada em avanços científicos e nas mudanças políticas, por exemplo), para uma visão biológica/ecológica da crise é significativa, pois fixa nosso entendimento dentro dos limites da percepção humana, em vez de fixá-lo em complexas explicações interpretativas do mundo”.

(Hutchison)

O problema que ficou mais evidente nessa análise sobre a configuração da agricultura familiar do município foi a precariedade da assistência técnica, e isso acomete tanto aos beneficiários quanto aos não beneficiários do PRONAF. Muitos reclamam que os médios e grandes produtores são favorecidos com a atenção dos órgãos públicos enquanto os pequenos são deixados de lado.

Os agricultores familiares beneficiários do PRONAF afirmam que as visitas dos técnicos são insuficientes e que as informações sobre modelos produtivos sustentáveis muitas vezes não são passadas a eles. Contraditoriamente, quase todos afirmaram perceber nos técnicos preocupação com as questões ambientais. Os responsáveis técnicos pelo PRONAF têm o compromisso com a defesa da sustentabilidade e

carregam isso em seus discursos, mas não têm encontrado caminhos para transformar essa preocupação em modelos ou práticas agrícolas partilhadas com os produtores rurais do município.

Há, como indica Denardi (2001), a possibilidade de um grande número de agricultores aprender os princípios da Agroecologia ou, pelo menos, diversificar sua produção e desenvolver sistemas de produção mais sustentáveis, aproveitando nichos e demandas de mercado por produtos diferenciados. O problema, como aponta o autor, é que há uma barreira para a difusão dessas práticas e “*essa barreira está na cabeça dos técnicos das ciências agrárias e demais ‘agentes de desenvolvimento rural’*”.

Essa perspectiva também é defendida por Schneider (2007), que acredita ser preciso remover o viés agrícola e monoativo para o qual foram formados e treinados os mediadores que aprenderam, desde a formação universitária, geralmente nos cursos de agronomia, que o sucesso de um agricultor é medido pela sua capacidade de gerir a sua propriedade com tecnologias adequadas aos cultivos e criações de que dispõe. O autor afirma ainda que esse viés está expresso sobretudo entre mediadores que operam programas de crédito (PRONAF, PROGER, etc) que se destinam, na maioria das vezes, ao estímulo à produção.

Se os próprios técnicos agrícolas responsáveis por mediar a relação entre os agricultores familiares e as diretrizes do programa não têm sido capazes de transmitir, em sua plenitude, meios práticos de realização dessas diretrizes aos agricultores, é de se esperar que o programa não alcance os objetivos esperados. O sucesso do programa depende de uma reformulação na atuação desses técnicos mediadores que envolva, sobretudo, a capacitação desses indivíduos a fim de desempenhar com competência o papel que lhes é destinado.

Trata-se de uma tarefa árdua, como revela Denardi (2001):

É necessária uma mudança nas cabeças, consciências e comportamentos dos técnicos e agentes de desenvolvimento. Uma mudança nas pessoas, uma mudança na metodologia de trabalho,

nas relações – uma mudança de cultura. Isso tudo é um desafio monumental (p.60).

De fato, promover uma mudança na forma de pensar e de perceber as práticas agrícolas por parte desses técnicos é um desafio monumental, mas a criação de um programa capaz de auxiliar os pequenos agricultores que durante séculos foram marginalizados no país também era, e ainda assim foi criado o PRONAF. Há muito que se fazer para que as diferenças entre as diretrizes e as práticas propostas pelo PRONAF sejam minimizadas.

O acesso ao PRONAF é mais comum entre agricultores com maior nível de escolaridade e mesmo entre eles há muitas informações sobre o programa que são desconhecidas. O fato de mais da metade dos entrevistados não saber sequer a que grupo de beneficiários do PRONAF pertencia revela a dimensão da desinformação que permeia o meio rural em relação ao programa.

Essa desinformação está nítida também no fato de os indivíduos componentes do grupo de não beneficiários, quase que em sua totalidade, desconhecerem o programa e as formas de acesso a ele. Além disso, entre os próprios beneficiários – detentores de maiores níveis de escolaridade – um dos agricultores desconhecia a diferença entre as taxas de juros dos empréstimos concedidos pelo PRONAF e as taxas de juros de empréstimos concedidos por bancos privados.

Ademais de difundir informações sobre o programa e aumentar o número de agricultores familiares que possam acessar ao crédito do PRONAF, é preciso garantir que os indivíduos que já são beneficiários do programa o façam de forma consciente e com conhecimento das características do empréstimo que estão tomando. A expansão do acesso às informações, além de ampliar o acesso ao programa, pode garantir a diminuição da inadimplência sem que isso prejudique os agricultores.

A diminuição do caráter policultor entre os beneficiários do PRONAF também foi um dos elementos que mais se destacou dentre os dados coletados. Uma média de culturas menor entre os beneficiários em relação aos não beneficiários aponta para

uma tendência à especialização e à produção monocultora. A opção monocultora afasta os agricultores de uma produção harmônica com a defesa da sustentabilidade, em contraposição ao modelo menos agressivo ao meio ambiente que é a policultura.

A grande dificuldade na opção entre monocultura ou policultura está relacionada a percepção construída historicamente, e ainda dominante no Brasil, de que o retorno econômico é maior na atividade monocultora. Contudo, ainda há àqueles que advogam pela expansão da policultura:

O apoio à pluriatividade pode ser encarado como meio de resgatar as características intrínsecas dos agricultores familiares, que historicamente sempre foram pluriocupados e tinham pluriformas (ou múltiplas formas) de rendimentos. A especialização e a monoatividade, criadas e estimuladas pela modernização agrícola, constituem-se em um acidente de percurso, para o qual existem atalhos e vias alternativas (p. 28). (SCHNEIDER, 2007)

A incorporação de modelos produtivos sustentáveis deve ir além da disseminação da policultura. Há muitas práticas agrícolas adotadas por agricultores beneficiários do PRONAF que não estão em consonância com o equilíbrio entre os interesses sociais, econômicos e ambientais. Enquanto as práticas da agricultura familiar deveriam ser difundidas entre outros grupos de agricultores em nome da defesa da sustentabilidade, o que tem ocorrido, entretanto, é um processo inverso. Os padrões da agricultura patronal têm sido almeçados por pequenos e médios produtores como única via para a “*viabilidade econômica*”.

De acordo com a percepção de Aquino e Schneider (2010), a aplicação do crédito rural subsidiado – o crédito do PRONAF – tem sido eficaz para promover o crescimento agropecuário, mas pouco tem contribuído para a disseminação de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente e para a promoção de uma diversificação econômica no meio rural.

A tendência para a monocultura não foi o único elemento – dissonante do modelo sustentável proposto pelo PRONAF – percebido entre os beneficiários do programa. Corroborando a tendência apontada pela revisão bibliográfica, os beneficiários do programa de apoio a agricultura familiar foram os únicos a admitir a utilização de agrotóxicos e maquinário na produção agrícola. Mesmo reconhecendo o caráter nocivo de tal atividade, a utilização de agrotóxicos é apontada como uma opção inevitável pelos indivíduos que a praticam.

O PRONAF não foi capaz de desenvolver nas práticas de seus beneficiários racionalidades sustentáveis e condizentes com seus valores norteadores. Se por um lado o programa pretende garantir recursos para a otimização da tendência sustentável da produção familiar, por outro tem afastado esses produtores da sua potencialidade natural e impelido-os a buscar práticas garantidoras do retorno econômico. O modo como o PRONAF tem afetado os modelos produtivos dos agricultores familiares denuncia que a dinâmica equivocada com que tem se difundido o programa.

O PRONAF-crédito, afirmam Aquino e Schneider (2010), pode desempenhar um papel importante na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural no país. No entanto, enquanto persistir a dinâmica atual, a tendência é que esta política aprofunde ainda mais as desigualdades e as contradições do modelo agrícola convencional entre os agricultores do país.

Conforme Assunção e Chein (2007), temos duas implicações básicas para o desenho de políticas públicas. De um lado, os resultados mostram que há bastante espaço para melhorias no acesso a crédito das famílias pobres que vivem em áreas rurais. Por outro lado, não é claro que as políticas de crédito voltadas para a agricultura sejam capazes de resolver esse problema.

Não há aqui a pretensão de desconsiderar os acertos do programa ou as melhorias e avanços que ele tem proporcionado a categoria rural familiar, todavia não se pode, em função das conquistas alcançadas, ignorar os aspectos falhos do PRONAF. As avaliações que tem sido feitas do programa apontam as deficiências das

experiências dos últimos anos em função de possibilitar reestruturações e aumento na eficácia do programa.

Repetir as mesmas ações impossibilita uma renovação na dinâmica do programa. O mais importante para que haja essa renovação é que a iniciativa governamental perceba as demandas do programa, porém muitos estudiosos do tema não identificam uma boa vontade da ação governamental em relação ao PRONAF:

Mas os ministérios da Fazenda e da Agricultura vêem o PRONAF apenas como uma política compensatória, isto é, como mero paliativo para minorar os efeitos da “inevitável” marginalização e exclusão dos pequenos agricultores sem condições reais de integração e competição nos mercados globalizados (p.58). (DENARDI, 2001)

Se de fato o PRONAF tem atuado como medida paliativa para uns, para outros tem sido responsável pela melhoria da qualidade de vida no campo. Entre diferentes opiniões acerca do programa, também há aqueles que conseguem identificar as benesses proporcionadas pelo programa.

Souza *et al* (2008) evidenciam a importância do financiamento de custeio fornecido pelo PRONAF, além de sua potencial contribuição para a melhor utilização dos recursos, para o aumento da renda e para a geração de empregos. Na concepção dos autores, o Programa promove efetivamente melhorias na qualidade de vida de seus beneficiários.

Considerando que a renda da maioria dos beneficiários do programa componentes da amostra aumentou, surge-se o questionamento de porque não expandir o acesso ao programa, pois a maior parte dos indivíduos abordados na seleção da amostra não participava e muitas vezes nem tinha ouvido falar do PRONAF.

Manter e elevar a oferta de crédito do PRONAF deve continuar sendo uma bandeira de luta dos movimentos sociais do campo. Mas, é necessário “intensificar o

debate a respeito da qualidade da aplicação dos recursos liberados e definir a que tipo de modelo de desenvolvimento eles serão dirigidos”. (AQUINO e SCHNEIDER, 2010)

Entretanto, considerando que dentre os que tiveram incremento em suas rendas a partir da utilização do PRONAF quase todos revelaram que a elevação da renda foi pequena, fica nítida a necessidade de maior orientação aos agricultores para que possam maximizar a utilização dos recursos do programa.

Como aponta Kageyama (2003), ao viabilizar a adoção de técnicas agrícolas produtivistas, o PRONAF- crédito pode contribuir para piorar a qualidade do ambiente. A autora verificou em seu estudo a ocorrência de uma associação positiva entre a presença do PRONAF e o aumento da erosão e da utilização de agrotóxicos – sendo essa última tendência também apontada no município de Campos.

Mesmo com os reconhecidos impactos positivos do programa, seria interessante se o PRONAF reforçasse ações sobre as consequências que os padrões tecnológicos da modernidade têm sobre o meio ambiente (KAGEYAMA, 2003). O ideal seria a adequação do programa à defesa de um modelo mais sustentável, incorporando essa lógica às estratégias de mercado em vez de permitir que a inserção no mercado promova o afastamento de um modelo agrícola sustentável.

A despeito do grau de utopia e ingenuidade que a defesa da sustentabilidade possa denotar para muitos, não se pretende fazê-la de forma leviana e sem a consideração de seus principais efeitos. A humanidade vivencia a sustentabilidade de uma forma heterogênea e há muitas questões a se considerar.

Há problemáticas, como a apontada por Carvalho (2003), que devem obrigatoriamente compor as preocupações dos pretensos defensores da sustentabilidade. De acordo com o autor, ao se relativizar o emocional, o moral e o ideal surgem alguns questionamentos. “ (...) como falar e praticar a “preservação ambiental” para os 800 milhões de seres humanos que passam fome? O que deve ser prioritário, a natureza ou a vida humana? É possível haver compatibilização entre o processo econômico e o aproveitamento respeitoso à natureza e ao meio ambiente, num quadro de extrema pobreza?”.

Há que se refletir sobre as implicações de uma renúncia a aspectos mercadológicos em prol de aspectos ambientais e sociais em uma sociedade na qual bônus e ônus não são equitativamente partilhados por seus membros.

Mesmo diante de tal desafio, é possível desejar melhorias na impossibilidade presente de soluções definitivas. Exemplo de tal postura seria a defesa de Kageyama (2003), pela necessidade de o PRONAF utilizar práticas que sejam ambientalmente mais adequadas para cada situação e que respeitem a cultura tecnológica dos agricultores familiares.

Muitos são os direcionamentos oferecidos ao programa a partir da identificação de suas defasagens, entre eles a concepção de Denardi (2001):

As políticas públicas e programas específicos (nacionais e estaduais), a formação e reciclagem profissional para os agentes de desenvolvimento, bem como os métodos participativos de planejamento e de gestão dos recursos públicos, principalmente no âmbito local, são, com certeza, alguns dos melhores instrumentos para enfrentar o difícil desafio de promover práticas agrícolas e estilos de agricultura de base ecológica e, com elas, o desenvolvimento regional sustentável (p.61).

Um programa como o PRONAF, que tem alcançado bons resultados, não deve ser deixado de lado, e sim redirecionado. O programa é uma grande esperança para este importante segmento da agricultura brasileira, mas precisa de novos elementos e de reformulações para ser efetivo em seus propósitos. A distância entre o “formal” e o “real” pode e deve ser amenizada.

Sem exceção, a agricultura familiar atua como um sustentáculo de todos os países desenvolvidos em seu dinamismo econômico e em uma saudável distribuição

da riqueza nacional. Em algum momento da história, todos eles promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar. (GUANZIROLI e CARDIM, 2000)

Se for desejo do Brasil figurar entre as economias desenvolvidas do mundo, é preciso que haja uma maior atenção para a configuração das atividades rurais do país e para a organização dos grupos sociais do campo. Sem a devida valorização do segmento familiar e de sua importância crescente para a economia brasileira, não será possível associar o crescimento econômico do país a um desenvolvimento econômico que contemple as mais diferentes classes sociais e contribua para minimizar as desigualdades sociais e econômicas enraizadas à realidade nacional.

Bibliografia

ABRAMOVAY, R. *Agricultura familiar e capitalismo no campo*. IN: STÉDILE, J. P. A questão agrária hoje. 3. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

ABRAMOVAY, R. e PIKETTY, M. G. *Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): Resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, jan./abr. 2005

ABRANCHES, S.H. *Política Social e combate à pobreza. A teoria da prática*. IN: ____; SANTOS, W.G.; COIMBRA, M.A. Política social e combate à pobreza. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998.

AQUINO, J. R. de.; SCHNEIDER, S. *12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996 - 2008): uma reflexão crítica*. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, 2010.

ASSUNÇÃO, J.; CHEIN, F. *Condições de crédito no Brasil rural*. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº02, abr/jun 2007.

AVILA, J.A.B. *Un marco institucional para la gestion del medio ambiente y para la sostenibilidad agricola*. IN: RECA, L.G. e ECHEVERRÍA, R.G. (ORG) Agricultura, medio ambiente y pobreza rural en América Latina. Washington, D.C.: BID, 1998.

BALSAN, R. *Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira*. Campo-território: revista de geografia agrária, v.01, nº 02, Ago, 2006.

BARBÉ, L. da C.; SOUZA, P. M. de; *Feira agroecológica da UENF: uma estratégia de comercialização para agricultores familiares no Município de Campos dos Goytacazes/RJ*. Rev. Bras. de Agroecologia. Vol. 04. No 2. Nov/2009.

BONATO, A. A. *Boletim eletrônico Conjuntura Agrícola de Abr/2008 do Departamento de Estudos Sócio-econômicos Rurais*. Curitiba, 2008.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Brasília, 1996.

- CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. *Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica*. Rev. Bras de Agroecologia, vol. 01, nº 01, nov. 2006.
- CARMO, M.S. do. *A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável*. Agricultura em São Paulo, SP, 45(1), 1998.
- CARNEIRO, M.J. *Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas*. IN: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, J.R.; BRUNO, R. (ORG). Mundo Rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CARVALHO, A.M. de. *Reflexões sobre a auto-sustentabilidade em condições de pobreza*. Revista Cerrados, v. 01, nº 01, 2003.
- COSTA NETO, C. *A agricultura sustentável, tecnologias e sociedade*. IN: COSTA, L.F.C.; MOREIRA, J.R.; BRUNO, R. (ORG). Mundo Rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- DENARDI, R. A. *Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre. Vol. 02. No 3. Jul/Set 2001.
- FONSECA, M. F. de A. C. *Agricultura orgânica: regulamentos técnicos para acesso aos mercados dos produtores orgânicos no Brasil*. Niterói: PESAGRO – RIO, 2009.
- GEHLEN, I. *Políticas públicas e desenvolvimento social rural*. São Paulo em perspectiva, 18(2), 2004.
- GUANZIROLI, C. E. *PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural*. RER, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, abr/jun 2007.
- GUANZIROLI, C. E. e CARDIM, S. E. de C. S. *Novo retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto*. Projeto de Cooperação técnica INCRA/FAO. Brasília, fevereiro de 2000.
- GUANZIROLI, C.E.; ROMEIRO, A.; BUAINAIN, A.M.; SABBATO, A.D.; BITTENCOURT, G. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- IBGE/Censo Agropecuário 2006, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário Brasileiro, 2006.

- IBGE/Censo 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro, 2010.
- IPEA. *Distribuição regional do crédito do PRONAF de 1996 a 2008 (Valores concorrentes em R\$1,00)*. MDA/SAF/PRONAF, 2010.
- IPEA. *Número de contratos e montante do crédito rural do PRONAF por ano fiscal, 1996 a 2008*. MDA/SAF/PRONAF, 2010.
- KAGEYAMA, A. *Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito*. Agric. São Paulo, SP, 50(2), 2003.
- LEMES, K. da C. *As políticas públicas de meio ambiente utilizadas pelos pequenos produtores rurais de Orizona (GO) quando da adesão ao PRONAF*. XI EREGEO. Set 2009.
- MANKIWI, G. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- MDA. *Classificação dos agricultores “pronafianos” por Grupo na safra 2007/2008*. SAF/PRONAF, 2007.
- MERA, C. P. de.; DIDONET, G. B. *Aplicação dos recursos do PRONAF pelos agricultores familiares do município de Cruz Alta (RS)*. Perspectiva Econômica, Vol 06. No 2. Jul/Dez 2010.
- POLANYI, K. *La economía como actividad institucionalizada*. IN:____; ARENSBERG, C.M.; PEARSON, H.W. Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos. Barcelona: Labor Universitaria, 1976.
- RAMOS, P. *Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural)*. Estudos Avançados 15 (43), 2001.
- SACHS, I. *Brasil rural: da redescoberta à invenção*. Estudos Avançados 15 (43), 2001.
- SACHS, I. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, I. *Pensando sobre o desenvolvimento na era do meio ambiente*. IN: _____. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

- SCHNEIDER, S. *A importância da pluriatividade para as políticas públicas no Brasil*. Revista de Política Agrícola. Ano XVI. No 3. Jul/Ago/Set 2007.
- SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. *Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. IN: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (ORG). *Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural*. Porto Alegre, 2004.
- SEBRAE/ *Cartilha de Acesso ao PRONAF: Saiba como obter crédito para a agricultura familiar*.
- SOARES, A.C. *A multifuncionalidade da agricultura familiar*. Proposta, nº 87. Dez/Fev, 2000/2001.
- SOUZA, P.M. de; FERREIRA, V.R.; PONCIANO, N.J.; BRITO, M.N. *Otimização econômica, sob condições de risco, para agricultores familiares das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro*. Pesquisa Operacional, v.28, n.1, jan/abr 2008.
- VEIGA, J.E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- WEBER, M. *Capitalismo e sociedade rural na Alemanha*. IN: _____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

ANEXOS

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

Data: ___/___/20___ Questionário nº: _____ Entrevistador: _____

1. Entrevistado: _____

2. Idade: _____

3. Local da propriedade rural: _____

A. FAMÍLIA E A PROPRIEDADE

4. Sexo: F M

5. Grau de escolaridade:

Analfabeto

Alfabetizado

Ensino Fundamental I incompleto

Ensino Fundamental I completo

Ensino Fundamental II incompleto

Ensino Fundamental II completo

Ensino Médio incompleto

Ensino Médio completo

Ensino Superior incompleto

Ensino Superior completo

6. Local de residência:

Na propriedade

Próximo à propriedade

Outro local: _____

7. Qual é a sua condição na exploração da terra?

Proprietário

Posseiro

Concessionário do PNRA (Assentado)

Arrendatário

Parceiro

Outro: _____

8. Quais são as atividades desenvolvidas na propriedade?

9. Está vinculado à alguma cooperativa, associação ou sindicato? ()Sim* ()Não.

*10. Qual? _____

11. Exerce outra atividade profissional? ()Sim* ()Não.

*12. Qual? _____

13. Há alguma parte da renda de sua propriedade que provém de atividades não agrícolas? ()Sim* ()Não.

*14. Qual é a proporção da sua renda que possui essa origem?

() Menos da metade da renda total.

() Metade da renda total.

() Mais da metade da renda total.

*15. Qual a origem dessa renda complementar?

16. Característica demográfica dos familiares:

Nome:	Grau de Parentesco:	Sexo:	Idade:	Atividade Econômica Principal:	Atividade Econômica Complementar:	Grau de Escolaridade:

B. PREOCUPAÇÃO COM QUESTÕES AMBIENTAIS

17. Você considera a proteção do Meio Ambiente quando vai decidir o que fazer na sua propriedade?

() Sim

() Não

() Não respondeu/Não sabe

18. Por quê? _____

19. Como você avalia a forma com que trata os recursos naturais na sua propriedade?

() Ótima

() Boa

() Satisfatória

40. Os recursos do Pronaf têm sido empregados na contratação de outros trabalhadores?

() Sim* () Não.

*41. Quantos? _____

42. Houve mudança na sua renda após receber o benefício do PRONAF? () Sim* () Não

43. Qual?

() Aumentou um pouco.

() Manteve-se a mesma.

() Aumentou muito.

() Diminuiu.

44. Você está adimplente com os pagamentos do programa? () Sim () Não*

*45. Por quê? _____

46. Em uma escala de 0 a 10, que nota você daria para o programa?

D. PRONAF E AMBIENTE

47. Você considera que o Pronaf contribui para incentivar o uso de práticas ambientalmente corretas?

48. Você recebeu visitas de técnicos para auxiliar a criação e a manutenção de suas roças?

() Não

() Sim*

() Não respondeu/ Não sabe

*49. De qual instituição? _____

*50. Você considera adequadas as orientações que recebeu desses técnicos? ()Sim ()Não

*51. Com que frequência você recebe a visita dos técnicos para orientações?

*52. Você considera suficiente a frequência com que recebe esses técnicos para orientações?
()Sim ()Não

*53. Você percebe preocupação dos técnicos com as questões ambientais quando fornecem as orientações sobre as práticas agrícolas? ()Sim ()Não

54. Por quê?

55. Você recebeu algum tipo de orientação sobre a forma mais ambientalmente correta de aplicar os recursos do programa? ()Sim* ()Não

*56. Qual? _____

*57. De quem? _____

58. Qual foi o tipo de prática agrícola financiada com os recursos do Pronaf?

59. Você aplicou os recursos tal como previsto no projeto? ()Sim ()Não*

*60. Por quê?

61. Você adquiriu equipamentos ou insumos com os recursos do Pronaf? ()Sim* ()Não

*62. Quais? _____

Gostaria de comentar sobre alguma coisa que não lhe foi perguntado?

OBSERVAÇÕES DO ESTREVISTADOR SOBRE A PROPRIEDADE:
Apresenta algum problema ambiental visível e não comentado pelo entrevistado? ()Sim ()Não
Qual?
<hr/>
Outros:
<hr/>
<hr/>
<hr/>
<hr/>
<hr/>
<hr/>
<hr/>
<hr/>
<hr/>